

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

GRACIELA OLIVO ALBA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO ENSINO
SUPERIOR: O CASO DA FACULDADE DE PATO BRANCO - FADEP**

CURITIBA - PR

2008

GRACIELA OLIVO ALBA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO ENSINO
SUPERIOR: CASO DA FACULDADE DE PATO BRANCO - FADEP**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Orientação: Prof. Dr. Lindomar Wessler Boneti

CURITIBA – PR

2008

GRACIELA OLIVO ALBA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO ENSINO SUPERIOR:
CASO DA FACULDADE DE PATO BRANCO - FADEP**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Mestrado em Educação, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Lindomar Wessler Boneti
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof^a. Dra. Tânia Maria Hetkowski
Universidade Estadual da Bahia

Prof^a. Dra. Maria de Lourdes Gisi
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Curitiba, 30 de junho de 2008.

Este trabalho é dedicado à minha mãe, Ines Maria, que me deu a vida e me ensinou a vivê-la com dignidade, que iluminou meus caminhos com afeto e dedicação para que eu trilhasse sem medo e cheia de esperança. Amo-te.

Ao meu marido Pablo, pela inspiração, incentivo e motivação, mas, sobretudo pela paciência e compreensão. Amo-te.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me amparar nas dificuldades do dia-a-dia e por iluminar meus caminhos, pois vós sois minha Essência, Força, Amigo e Estímulo para continuar sempre em frente.

A você mamãe, Inês Maria, que sempre compartilhou dos meus sonhos e desalentos, vitórias e derrotas, alegrias e tristezas, incentivando-me a prosseguir minha jornada, não importando os obstáculos a serem superados.

Ao Pablo, o grande amor da minha vida, pois se hoje alcancei o sucesso é porque você, pessoa maravilhosa, verdadeira e singular, caminha comigo, incentivando-me e apoiando-me. E esse amor deu vida a Isabela.

Ao irmão Pedro e sua esposa Gislene e filhos, Pedro Neto, Pedro Henrique e Gabriela, assim como ao irmão Fabrício e sua esposa Tarciana e filhos, João Gabriel, Carolina e Lara Maria, pelo respeito, carinho, amizade e por me acolher no conforto dos seus lares sempre que precisei.

A minha irmã Maristela e esposo Mauricio que, mesmo distantes fisicamente, sei que desejam meu sucesso e felicidade, pois sempre me compreenderam nos vários estágios da minha vida.

Em especial a minha irmã Fabíola que trilhou ao meu lado essa fase da minha vida, apoiando-me, motivando-me e incentivando-me.

A minha sogrinha Odete que, mesmo distante fisicamente, sempre compartilhou dos meus sonhos.

A tia Solange A. Ferreira, exemplo de força, coragem, vigor e disposição.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Lindomar W. Boneti, que lapidou minhas idéias e sempre esteve ao meu lado, nos momentos de dúvidas e incertezas, e que sempre acreditou em meus objetivos.

À professora e amiga Profa. Dra. Lucia Sermann por me mostrar caminhos mais leves de serem trilhados nesta jornada.

À Profa. Dra. Ana Maria Eyng por me fazer cair na realidade e perceber o que eu enfrentaria pela frente. Ajudou-me muito.

Aos amigos que iniciaram esta jornada comigo, Mauro Gemelli, Tiago Macari e, em especial, a Danieli Bertol pelo apoio e amizade compartilhada.

À amiga Márcia Kozelinski que me incentivou a fazer o mestrado.

Aos professores e acadêmicos da FADEP, pela generosa contribuição a este trabalho.

Aos meus alunos do Curso de Fisioterapia da FADEP, que foram a fonte significativa de inspiração para que eu me tornasse Mestre.

Ao Professor Eliseu Bertelli, e a Professora Tânia Lupatini pelo apoio, paciência e dicas que me ofertaram na construção desta pesquisa.

Aos membros da Banca de Qualificação, Professoras Dra. Ana Maria Eyng, Dra. Maria Lourdes Gisi e Dra. Tânia Maria Hetkowski, pelo olhar cuidadoso e rigoroso, pelas críticas e sugestões oferecidas à reelaboração deste estudo.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente me ajudaram neste sonho que hoje se torna realidade.

“Na qualidade não vale o maior, mas o melhor; não o extenso, mas o intenso; não o violento, mas o envolvente; não a pressão, mas a impregnação. Qualidade é estilo cultural, mais que tecnológico; artístico, mais que produtivo; lúdico, mais que eficiente; Sábio, mais que científico” (DEMO, 1999, p. 3).

RESUMO

Este estudo se situa no âmbito da linha de pesquisa História e Política da Educação, do Programa de Pós-graduação em Educação da PUCPR. O presente trabalho de dissertação tem como tema as políticas públicas de avaliação institucional do ensino superior, o caso da Faculdade de Pato Branco (FADEP). Partindo dessa temática, chegou-se a seguinte problemática de pesquisa: Qual a percepção dos alunos e professores da FADEP acerca da avaliação institucional? Buscou-se verificar o entendimento dos envolvidos sobre a avaliação institucional e, a partir de então, observar, de maneira mais eficaz, o comprometimento dos autores com a qualidade do ensino. Para tanto, definiu-se como objetivo geral a análise da percepção dos alunos e professores da instituição estudada sobre o tema. E como objetivo específico buscou-se identificar as políticas públicas acerca da avaliação institucional, bem como investigar qual a percepção dos alunos e dos professores da Faculdade de Pato Branco (FADEP) sobre a referida avaliação. Os principais autores que embasaram a fundamentação teórica foram: Boneti (2006), que versou sobre políticas públicas no Brasil; Saviani (2004), Demo (1994) abordaram políticas públicas educacionais; Dias Sobrinho (2002 e 2003), Vianna (1989), Ristoff (1995) fundamentaram as questões referentes à avaliação institucional, dentre outros autores. Procurou-se desenvolver uma pesquisa com abordagem qualitativa, mediante estudo de caso. A fim de contemplarem-se os objetivos específicos, foram investigados os cursos da área de saúde (fisioterapia, enfermagem e nutrição) da FADEP. Os dados foram obtidos mediante questionário com questões de múltipla escolha, sendo esse elaborado com base na percepção da autora sobre o assunto *sub examen*. Os dados obtidos demonstram que o assunto é de conhecimento da maioria dos entrevistados, pois conhecem os objetivos da avaliação institucional, sabem como ela é realizada na instituição e admitem que possa gerar mudanças em todos os setores, em contra partida desconhecem que é algo instituído pelo governo e os alunos desconhecem a CPA ou NAI, mostrando assim que este assunto precisa ser mais divulgado entre alunos e professores. O trabalho tem como estrutura, além da introdução, dois capítulos que tratam de políticas públicas no Brasil, políticas educacionais, avaliação institucional, análise dos dados coletados e as considerações finais.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Políticas Educacionais; Avaliação Institucional.

ABSTRACT

This study is located within the line of research History and Politics of Education, the Graduate Program in Education of PUCPR. The dissertation work presents as topic the public policies of higher education institutional assessment, case of Faculdade de *Pato Branco* (FADEP). From this theme, the following problem for research was reached: What is the FADEP students' and professors' perception about the institutional assessment? It was verified what the participants' understanding about the institutional assessment is, in order to, then, observe the authors' commitment to the teaching quality in an effective way. For this, the general goal of this study was to analyze the students' and professors' perception from the researched institution about the institutional assessment and, as the specific goal, to identify the public policies about the institutional assessment and also to investigate what the Faculdade de Pato Branco (FADEP) students' and professors' perception about the institutional assessment is. The main authors who supported the theoretical fundamentation were: Boneti (2006) about public policies in Brazil; Saviani (2004), Demo (1994) to approach the educational public policies; Dias Sobrinho (2002 and 2003), Vianna (1989), Ristoff (1995) to support questions about the institutional assessment, among other authors. The research was developed within a qualitative approach, classifying as study of case. The health area courses at FADEP (Fisiotherapy, nursing and nutrition) were investigated in order to contemplate the specific goals. The data were obtained by questionnaire with questions of multiple choice, which is based on perception of the author on the subject under examination. These data demonstrate that it is aware of most of interviewees, because they know the objectives of institutional assessment, you know how it is done in the institution and admit that it can generate changes in all sectors, against a departure unaware that something is established by government and the students know the CPA or NAI, thus showing that this matter needs to be more widespread amongst students and teachers. The work has a structure, in addition to the introduction, two chapters dealing with public policies in Brazil, educational policies, institutional policies, analysis of collected data and the final considerations.

Key words: Public Policies; Educational Policies; Institutional Assessment.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Número de professores.....	48
Gráfico 2	Tempo de docência	49
Gráfico 3	Grau de especialização dos professores.....	49
Gráfico 4	Questão um do questionário dos professores	50
Gráfico 5	Questão dois do questionário dos professores.....	51
Gráfico 6	Questão três do questionário dos professores.....	52
Gráfico 7	Questão quatro do questionário dos professores	53
Gráfico 8	Questão cinco do questionário dos professores.....	54
Gráfico 9	Questão seis do questionário dos professores.....	54
Gráfico 10	Questão sete do questionário dos professores.....	55
Gráfico 11	Questão oito do questionário dos professores.....	56
Gráfico 12	Questão nove do questionário dos professores.....	57
Gráfico 13	Número de alunos que responderam o questionário.....	58
Gráfico 14	Faixa etária dos alunos.....	58
Gráfico 15	Questão um do questionário dos alunos do segundo período.....	59
Gráfico 16	Questão um do questionário dos alunos do sexto período.....	60
Gráfico 17	Questão dois do questionário dos alunos do segundo período....	61
Gráfico 18	Questão dois do questionário dos alunos do sexto período.....	62
Gráfico 19	Questão três do questionário dos alunos do segundo período.....	63
Gráfico 20	Questão três do questionário dos alunos do sexto período.....	63

Gráfico 21	Questão três do questionário dos professores e alunos.....	64
Gráfico 22	Questão quatro do questionário dos alunos do segundo período.	65
Gráfico 23	Questão quatro do questionário dos alunos do sexto período.....	65
Gráfico 24	Questão cinco do questionário dos alunos do segundo período...	66
Gráfico 25	Questão cinco do questionário dos alunos do sexto período.....	67
Gráfico 26	Questão seis do questionário dos alunos do segundo período.....	68
Gráfico 27	Questão seis do questionário dos alunos do sexto período.....	68
Gráfico 28	Questão sete do questionário dos alunos do segundo período....	69
Gráfico 29	Questão sete do questionário dos alunos do sexto período.....	70
Gráfico 30	Questão sete do questionário dos professores e alunos.....	70
Gráfico 31	Questão oito do questionário dos alunos do segundo período.....	71
Gráfico 32	Questão oito do questionário dos alunos do sexto período.....	72
Gráfico 33	Questão nove do questionário dos alunos do segundo período...	73
Gráfico 34	Questão nove do questionário dos alunos do sexto período.....	73
Gráfico 35	Questão dez do questionário dos alunos do segundo período.....	75
Gráfico 36	Questão dez do questionário dos alunos do sexto período.....	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	122
2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	188
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	188
2.2 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	222
2.3 AVALIAÇÃO: BREVE HISTÓRICO	233
2.4 AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: UM RESGATE HISTÓRICO	255
2.5 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: LEGISLAÇÃO DO SINAES	28
2.6 O PAPEL POLÍTICO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	311
2.7 O PAPEL POLÍTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	344
2.8 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	366
3 A PERCEPÇÃO DE ALUNOS E PROFESSORES DA FADEP ACERCA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	3838
3.1 BREVE HISTÓRICO DA FACULDADE DE PATO BRANCO - FADEP	39
3.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA FACULDADE DE PATO BRANCO – FADEP	43
3.3 A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA FADEP ACERCA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	488
3.4 A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DA FADEP ACERCA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	577
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	788
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICES	866

1 INTRODUÇÃO

A educação é a base da sociedade porque promove constantemente o desenvolvimento e a transformação do ser humano. Sendo assim, a interação entre elas é fundamental para que a produção do conhecimento, a criatividade, a propriedade de discernir e de modificar-se ultrapassem as barreiras do campus universitário e cheguem a todos, sejam eles ricos ou pobres; brancos ou negros, pois todos os homens e mulheres têm direito à cultura, à ciência, ao conhecimento, ou seja, a uma educação de qualidade.

A avaliação da educação superior no Brasil, conforme consta no documento: *Bases para uma Nova Proposta de Avaliação da Educação Superior* (BRASIL/CEA, 2003) até o início da década de 80, tinha pouco destaque, já nos anos 90, houve um crescimento de publicações na área que refletia não só o interesse no assunto, mas na centralidade dessa temática no âmbito das reformas e das políticas públicas da educação, já que por lei todos indivíduos tem direito a educação, então que essa seja de qualidade.

A legislação nacional conforme o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, determina que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. No entanto, observa-se que há milhares de pessoas fora da escola, e outros frequentando escolas de má qualidade, tanto do ponto de vista pedagógico quanto de infra-estrutura, situações essas que configuram violação de direitos públicos. Nesse sentido, Ribeiro (2002, p. 124) relata que,

[...] a inexistência da possibilidade de realização do direito à educação, ou a insuficiência de condições para o seu exercício, implica também que a igualdade de direitos e deveres de cidadania está anulada ou prejudicada. Homens e mulheres não nascem com o conhecimento das leis, dos direitos e deveres da cidadania, o que pressupõe um longo processo de socialização e de escolarização.

A educação deve estar em constante aperfeiçoamento e uma das táticas para a verificação dessa educação de qualidade são as políticas educacionais através do

SINAES. Quando se fala de qualidade, Buarque (1994, p. 48) relata que “não se pode imaginar universidade sem qualidade” ou como o mesmo autor escreve, que

A universidade, como qualquer outra instituição, não pode transigir no compromisso com a excelência, com o máximo rigor em todas as áreas. Deve ter o compromisso de ser a elite intelectual, sem restringir seu serviço apenas à elite social e econômica do país. Deve ter tanta qualidade que defina o próprio conceito de qualidade (p. 131).

Nesse contexto, a universidade deve ajustar o máximo de qualidade de ensino com o máximo de compromisso e responsabilidade social, que se realizam por meio de cursos, programas, projetos, infra-estruturas, etc.

O mundo, a sociedade, os valores sociais e morais, a economia, estão se transformando em um ritmo cada vez mais acelerado. Essa aceleração faz com que o ensino necessite constantemente de atualização, de renovação do conhecimento, de mudanças.

Para que a reflexão do cotidiano de fato resulte em melhoria contínua e de qualidade, torna-se indispensável que as políticas públicas promovam as condições necessárias às mudanças e construam uma relação de interdependência e de compromisso, visando um caminho rumo à efetivação de um ensino de qualidade.

A avaliação institucional é uma ferramenta de política educacional, que, promove a verificação do próprio desenvolvimento das instituições de ensino superior, influenciando assim no processo decisório e corrigindo rumos na busca da qualidade de educação e de serviços. Nesse sentido, Boneti (2006, p. 84) relata que:

[...] qualquer política de produção e/ou distribuição do conhecimento não é neutra, mas carrega consigo uma significação ideológica a este fator, além de interferir na ação prática da elaboração das políticas públicas, traz complicações no repasse deste conhecimento a todos os segmentos sociais equitativamente.

Outra importante possibilidade que se obtém com a avaliação institucional é conhecer o perfil dos alunos que têm acesso à educação superior, bem como a qualidade do processo do ensino e da aprendizagem, na medida em que coleta informações não apenas dos professores, mas também dos alunos e de todos os atores

envolvidos no processo avaliativo.

Acredita-se que toda avaliação não deve ser indiferente, sem finalidades e objetivos para tanto ela deve ser dinâmica e assim ser capaz de trazer mudanças e transformações, pois “nenhuma avaliação jamais é neutra ou inócua” (DIAS SOBRINHO, 2003, p.92).

A avaliação deve ter propósitos e buscar, constantemente, uma educação de qualidade, bem como permitir olhar a Instituição de Ensino Superior (IES) em um sentido mais amplo e complexo, a fim de diagnosticar os pontos que apresentam falhas e pontos positivos e, então, buscar melhorias. Entretanto, professores, alunos, enfim, todos os atores das IES devem ter conhecimento sobre os objetivos e as finalidades da avaliação institucional, para que essa seja eficaz e tenha credibilidade.

Com base nessas constatações, insere-se o problema de pesquisa: Qual a percepção dos alunos e professores da Faculdade de Pato Branco (FADEP) acerca da avaliação institucional?

Para tanto, definiu-se, como objetivo geral do presente estudo, analisar a percepção dos alunos e professores da instituição pesquisada sobre a avaliação institucional.

Especificamente, objetiva-se:

- Identificar as políticas públicas acerca da avaliação institucional;
- Investigar a percepção dos alunos e dos professores da Faculdade de Pato Branco sobre a avaliação institucional.

Para responder aos questionamentos descritos no problema e aos objetivos que nortearam o estudo, realizou-se um estudo de caso, por meio de coleta de dados, em uma instituição de ensino superior da cidade de Pato Branco, no Estado do Paraná, a Faculdade de Pato Branco (FADEP).

Estudo de caso para Ludke e André (1986) visa à descoberta, pois poderão

surgir durante o estudo novas indagações. Deverá ser levado em conta o ambiente e a época que se desenvolveu a pesquisa, pois esses elementos poderão ajudar na explicação de alguns fatores. No presente estudo a aplicação do questionário foi realizado após duas semanas da avaliação institucional ter ocorrido na instituição em questão, a expectativa é de que o assunto esteja claro para a maioria dos entrevistados.

Na seqüência, ainda para Ludke e André (1986) estudo de caso busca retratar a realidade de forma completa e profunda; usa várias fontes de informação, ou seja, os dados são obtidos em diferentes momentos e com vários indivíduos, isso possibilita ao pesquisador cruzar informações, confirmar ou rejeitar hipóteses e até mesmo descobrir novos dados e ainda pode-se associar dados do estudo em questão com dados da experiência do pesquisador. No presente estudo o questionário foi aplicado para três cursos da área da saúde, para alunos e professores dos mesmos e para alunos que se encontravam em períodos diferentes desses cursos.

Estudo de caso procura representar diferentes pontos de vista, ou, seja, opiniões divergentes permitindo que o leitor tire suas conclusões sobre os pontos contraditórios; utiliza uma linguagem acessível, pode ser apresentado de forma menos formal e de diferentes formas, com a preocupação maior de transmissão clara e direta, num estilo que se aproxime da experiência do leitor (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

Para tanto, utilizou-se um questionário com indagações de múltipla escolha referentes à avaliação institucional. O questionário foi elaborado a partir da minha própria percepção do problema de pesquisa.

O questionário, também chamado de *survey* (pesquisa ampla), é um dos procedimentos mais utilizados para obter informações. É uma técnica de custo razoável, apresenta as mesmas questões para todas as pessoas, garante o anonimato e pode conter questões para atender a finalidades específicas de uma pesquisa. Aplicada criteriosamente, essa técnica apresenta elevada confiabilidade. Podem ser desenvolvidas para medir atitudes, opiniões, comportamento, circunstâncias da vida dos cidadãos e outras questões. Quanto à aplicação, os questionários fazem uso de materiais simples como lápis, papel, formulários, etc. Podem ser aplicados individualmente ou em grupos, por telefone, ou mesmo pelo correio. Pode incluir questões abertas, fechadas, de múltipla escolha, de resposta numérica, ou do tipo sim ou não (BARBOSA, 1999).

Optou-se pela pesquisa qualitativa, buscando compreender a percepção que alunos e professores têm a respeito da avaliação institucional, sendo que essa opção pela pesquisa qualitativa não dispensa a quantitativa, pois essa abordagem permite que os dados coletados justifiquem-se para dar uma maior objetividade aos dados subjetivos.

A abordagem qualitativa traduz toda a riqueza de detalhes que as pessoas podem oferecer para a compreensão da realidade. A vantagem dos dados qualitativos é que possibilitam ver, perceber os erros, e entender os motivos divergentes.

A pesquisa qualitativa “[...] tem suas raízes nas práticas desenvolvidas pelos antropólogos, primeiro e, em seguida, pelos sociólogos em seus estudos sobre a vida em comunidades” (TRIVIÑOS, 1987, p. 120).

Segundo Triviños (1987), a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave e, nesse tipo de pesquisa, não são admitidas visões isoladas, estanques, visto que se desenvolve em interação dinâmica, retroalimentando-se e reformulando-se constantemente.

Nesse sentido, o pesquisador qualitativo, que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apóia-se em técnicas e métodos que reúnem características novas, ressaltando a sua implicação e a da pessoa que fornece as informações (TRIVIÑOS, 1987).

O universo estudado constitui-se de alunos e professores dos cursos da área de saúde, tais como, Fisioterapia, Enfermagem e Nutrição.

Participaram da pesquisa 14 (quatorze) professores, sendo 06 (seis) professores do curso de Fisioterapia, 05 (cinco) professores do curso de Enfermagem, 01 (um) professor do curso de Nutrição e 02 (dois) professores da área de saúde não identificaram o curso, bem como 46 (quarenta e seis) alunos do curso de Fisioterapia, 81 (oitenta e um) alunos do curso de Enfermagem e 37 (trinta e sete) alunos do curso de Nutrição, perfazendo um total de 164 (cento e sessenta e quatro) alunos.

O questionário foi aplicado no segundo período de cada curso, no total de 89 (oitenta e nove) alunos e no sexto período de cada curso correspondente, perfazendo 75 (setenta e cinco) alunos, para então verificar qual leitura que os alunos têm sobre a avaliação institucional e observar se ocorre distinção de informação entre os períodos avaliados.

A amostragem deu-se por acessibilidade ou por conveniência, conforme descrito por Gil (1999, p. 104), que se constituiu como a menos rigorosa de todos os tipos de amostragem, o que a destitui de qualquer rigor estatístico. Nesse tipo de amostra, “O pesquisador seleciona os elementos a quem tem acesso, admitindo que esses possam de alguma forma, representar o universo” e os aplica em estudos exploratórios ou qualitativos.

A apresentação dessa dissertação foi subdividida em seções diferenciadas que compreendem, após esta introdução, a fundamentação teórica, onde se abordam assuntos sobre políticas públicas, políticas educacionais e avaliação institucional, referenciando-se Boneti, Saviani, Dias Sobrinho, Ristoff, Vianna, Barreira dentre outros que sustentarão esta pesquisa.

Na seção seguinte, a partir dos dados levantados com a pesquisa de campo, foram realizadas a análise e a interpretação dos resultados. Completa-se este trabalho com as considerações finais do estudo.

2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A reflexão, neste capítulo, se refere ao contexto das políticas educacionais no Brasil, bem como num resgate histórico das políticas de avaliação educacional no país e o papel político da avaliação institucional e das Instituições de Ensino Superior (IES).

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Quando se fala em políticas públicas logo vem à mente a ação do Estado, com suas leis para todos os segmentos sociais, pois políticas públicas são os instrumentos de ação do governo em suas diversas áreas.

Entretanto, essas ações do governo, ou como Bucci (2008) indica “programas de ação governamental”, descrevem objetivos a serem alcançados, tais como o acesso a educação a todos os cidadãos.

Nesse sentido ainda, Silva (2008, p. 5) relata que “as ações e inações do governo geram resultados esperados ou não sobre os quais o agente (o governo) tem que se responsabilizar”, visto que essas têm influencia na vida dos cidadãos, pois conforme a Constituição Federal (CF), Brasil (1988) art. 6º são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, há então a necessidade de se planejar ações, escolher objetivos, disponibilizar recursos, enfim, fazer toda uma programação voltada para a concretização dos direitos dos cidadãos.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, verifica-se uma tendência de socializar-se, ou seja, de possibilitar que as pessoas tenham acesso ao conhecimento a respeito da política pública através do reconhecimento do cidadão brasileiro em ter direito irrestrito à educação fundamental, como o primeiro passo para a

sua melhoria social e profissional.

O Estado (União, Estados e Municípios) passa a ter competência para proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência (art. 23, V da CF) através do repasse de verbas. E, através do art. 205 do mesmo diploma legal, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho, a Constituição Federal determinou que ao Estado e à família caberá promover e incentivar a educação, com a colaboração ativa da sociedade.

Nesse contexto, Silva (2008, p. 6) refere que

As políticas públicas são o conjunto de diretrizes prescritas em lei cuja finalidade é garantir que os direitos do cidadão sejam garantidos e promovidos. Isso significa que não há políticas públicas que não sejam formalizadas e que não estejam direcionadas para que os direitos dos cidadãos estejam a todos eles assegurados. Propor políticas públicas, portanto, é identificar os direitos que serão assegurados e promovidos para, posteriormente, serem objeto das formalidades legais.

Ainda de acordo com a Constituição Federal, (BRASIL 1988) o dever do Estado se efetivará principalmente mediante a garantia do ensino fundamental obrigatório e gratuito, da progressiva extensão à população do ensino médio, bem como o acesso aos níveis mais elevados da educação. Outrossim, dando à educação a qualidade de direito de qualquer pessoa e dever do Estado, a norma constitucional possibilita a qualquer cidadão brasileiro solicitar ao Estado a prestação do ensino.

Dessa forma, as políticas públicas passam a ser uma ação que nasce do contexto social, e que passam pela esfera estatal. Têm como característica a decisão de intervenção pública, econômica ou social, onde o Estado exerce o seu dever de tutelar a educação e a sua qualidade prestada à população.

Na concepção de Boneti (2006, p. 74) “entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil”.

Assim, as políticas públicas mostram-se como uma forma de operação concreta do interesse coletivo em seus vários segmentos. Nesse sentido, Bucci (2008) ainda expõe que as políticas públicas funcionam como instrumentos de aglutinação de interesses em torno de objetivos comuns, que passam a estruturar uma coletividade de interesses. Fica claro que as classes dominantes fazem parte na elaboração e implementação das políticas públicas, mas não são as únicas. Os movimentos sociais e as ONG's (Organizações Não Governamentais) estão a cada dia ganhando espaço nacional e confrontando-se com os projetos das elites e das classes dominantes, interferindo, conseqüentemente, no resultado.

O Poder Legislativo responsável, em sua maioria, pelas políticas públicas vigentes, sofre grande pressão da classe dominante na elaboração das leis relativas à educação, visando sempre o interesse próprio e classista. Nesse contexto, Boneti (2006, p. 53) relata que “isso é próprio das formações capitalistas nas quais o público e o privado se entrelaça e o bem público é confundido com o benefício das classes dominantes”.

O processo educacional insere-se na política social, que, por sua vez, está intimamente ligada a uma política pública, que atende aos direitos dos cidadãos brasileiros como determina a legislação constitucional vigente. Por conseqüência, a avaliação institucional é uma política pública e social por meio da qual se objetiva buscar a qualidade de ensino.

A avaliação teve seu maior enfoque a partir dos anos 80, sendo que, nos anos 90, teve seu pilar principal nas políticas educacionais, e, a partir de então, começou a avaliar a educação superior como forma de garantir qualidade das IES. Como diz Dias Sobrinho e Ristoff (2002, p. 38) “é notória a importância hoje atribuída à avaliação, especialmente no âmbito educacional”.

Nota-se que o reflexo da avaliação institucional ultrapassa os muros das instituições e de suas salas de aula, e que ela se instaura no centro do poder e espalha seus efeitos para a sociedade, consolidando valores, afirmando interesses, provocando mudanças e transformações. A avaliação institucional, cada vez mais, mostra sua

importância tanto na área educacional, garantindo, a princípio, qualidade de ensino, como também tem profunda dimensão nas políticas públicas, pois traz consigo o poder de decisão.

Nesse contexto, Dias Sobrinho (2002, p. 60) relata que

No âmbito social e público, com sentidos e efeitos políticos, a avaliação deve ser um dispositivo formal e institucionalizado. Neste caso, inscreve-se numa estratégia de dominação política e cumpre funções de poder. Operada por especialistas ou peritos, a avaliação intimida, se distancia dos questionamentos ao calor das ações, se faz auto-suficiente e tem força determinante.

Além disso, Dias Sobrinho (2003, p. 9) aponta que a avaliação tem papel importante em “outros domínios do Estado”, destacando que a avaliação “se estende aos domínios de todas as produções sociais, das políticas públicas, especialmente das educacionais”, pois “inscreve-se no terreno das reformas, inovações, currículos, programas e projetos” e exerce um papel importante “na confirmação dos modelos das instituições” o que mostra que “a avaliação vem ganhando cada vez mais densidade política e crescentemente é utilizada como instrumento de poder e estratégia de governo”.

Portanto, a avaliação exerce um papel importante nas políticas públicas, já que a sociedade, atualmente, exige um cidadão cada vez mais competente, informado e atualizado, e para isso requer-se uma educação de qualidade, que lhe permita ter o conhecimento e aplicá-lo na resolução de problemas.

Nesse sentido, Eyng (2004, p. 31) relata que “a formação do profissional-cidadão capaz de interagir no atual complexo contexto em transformação é a finalidade de instituição educativa”.

As políticas públicas, desde a década de 80, apresentam normas e critérios de acompanhamento da educação superior e a avaliação institucional é um instrumento importante dessas políticas. O assunto avaliação institucional será abordado no decorrer do presente estudo.

2.2 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Segundo Saviani (2004), a política educacional é uma modalidade de política social que está atrelada em conceber, organizar e operar a administração da sociedade, sendo essa administração dividida em setores, o político, o econômico, o social e o militar. Exemplo disso é que a defesa do ensino público e gratuito e a reivindicação por mais verbas para a educação constituem um aspecto da luta pela valorização da política social em relação à política econômica.

Entretanto, a preparação profissional do indivíduo não deve estar atrelada a interesses econômicos e sim em preparar um profissional que possa participar na resolução dos problemas sociais.

Para tanto a Constituição Federal de 1988 na área educacional apresentou um grande avanço, pois a partir daí surgem novas leis para regulamentar os artigos Constitucionais e estabelecer diretrizes para a educação no Brasil, como, por exemplo, o artigo 209, inciso II, associando o ensino privado à avaliação de qualidade pelo Poder Público; o artigo 206, inciso VII, determinando uma garantia de qualidade como princípio constitucional para o ensino (BRASIL, 1988).

A Lei nº 9.394, de 20-12-1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e o artigo 2º assevera que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; e o artigo 3º, inciso IX, impõe garantia de padrão de qualidade.

Ainda temos o Plano Nacional de Educação (PNE), que é um instrumento da política educacional, que estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e valorização do magistério e para o financiamento e a gestão da educação. Sua finalidade é orientar as ações do Poder Público nas três esferas da administração (União, Estados e Municípios), o que o torna

uma peça-chave no direcionamento da política educacional do país.

Segundo Ristoff e Sevegnani (2006, p. 11), o PNE deixa expressa uma visão que “nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior”.

O PNE tem respaldo legal na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em dezembro de 1996.

Em 2003 foi instituída a Comissão Especial de Avaliação (CEA), que propôs o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A comissão, em seus documentos, apresenta o exame da diversificada legislação, produzida nas décadas anteriores, desde a Constituição de 1988 às sucessivas medidas provisórias, passando pela nova LDB, pelo PNE e pelos vários decretos que foram publicados, reconhecendo que “houve indiscutivelmente um progresso no reconhecimento legal da importância da avaliação associada à idéia de melhoria da qualidade” (Ministério da Educação, 2003, p. 17).

2.3 AVALIAÇÃO: BREVE HISTÓRICO

Os estudos relativos à avaliação datados do início do século XX têm princípios e características da Psicologia que enfatizam a mensuração das mudanças no comportamento humano. Nessa época, eram realizados experimentos relativos à produtividade e à moral dos operários, assim como à eficácia de programas de saúde pública, à influência de programas experimentais universitários sobre a personalidade e atitudes dos alunos.

Na educação, em especial, a avaliação utilizada ao nível da regulação das aprendizagens dos alunos, servia mais para medir a quantidade de conteúdos assimilados do que verificar a qualidade dos processos educativos e sua efetividade.

Em 1934, a avaliação educacional surge como atividade científica, com os trabalhos de Ralph W. Tyler, o qual usou, pela primeira vez, a expressão “avaliação institucional”. Nos anos 60, por meio das contribuições de Lee J. Cronbach, Michael Scriven e Robert E. Stake (VIANNA, 1989), a avaliação educacional assume definitivamente espaço nos estudos e pesquisas relativos à qualidade da educação.

As concepções de avaliação variaram ao longo do século XX, trazendo novas perspectivas de estudos e contribuições para a área educacional. Dentre essas variações, segundo Vianna, pode-se destacar a definição de Tyler (1942) que concebeu a avaliação “como um processo de comparação entre os dados do desempenho e os objetivos institucionais preestabelecidos”. Para Stufflebeam (1971), avaliação é um “processo de identificar e coletar informações que permitam decidir entre várias alternativas”. Provas (1971) apresenta a avaliação como “um processo de comparação entre desempenho e padrões”. Stake (1967) a caracteriza como “descrição e julgamento de programas educacionais”. Scriven (1967) concebe a avaliação como “um levantamento sistemático de informações e sua posterior análise para fins de determinar o valor de um fenômeno educacional” (VIANNA, 1989, p.20-21).

Esse cenário permite constatar que, em seu desenvolvimento, as concepções de avaliação apontadas pelos diferentes teóricos, contribuíram para a criação de políticas com vistas à verificação da eficiência e eficácia de programas sociais. Tal contexto atinge o mundo ocidental e, de modo especial, as políticas da educação brasileira.

No Brasil, as influências dos estudos relativos à avaliação educacional tiveram início na década de 80, mas teve maior destaque na década de 90 como política e processo de regulação, em especial no que diz respeito à avaliação do Ensino Superior, foco de análise neste estudo.

Nas últimas décadas, diferentes políticas públicas para a avaliação da qualidade da educação brasileira vêm concretizando-se por meio de algumas ações, tais como: o Exame Nacional de Cursos (ENC), popularmente denominado Provão; o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e, em especial, a partir de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

(SINAES) e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

No que diz respeito à Educação Superior, o SINAES apresenta-se como uma diretriz para a regulação das práticas, tanto administrativas como pedagógicas, das instituições de Educação Superior, na medida em que o diagnóstico, oriundo da auto-análise institucional, possibilite tomar decisões e desencadear processos de mudança e melhoria efetiva, tendo em vista o compromisso social inerente a essas instituições.

Portanto, a avaliação não pode ser, somente, considerada como um meio de aferir informações ou conclusões definitivas e acabadas, mas deve ser vista como um processo de reflexão e de tomada de decisão. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível conhecer o processo de avaliação da instituição de ensino superior em estudo, com vistas a responder ao problema de pesquisa.

2.4 AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: UM RESGATE HISTÓRICO

Com a Revolução Francesa e a Industrial, a avaliação teve notável apelo e demanda tanto para distribuir socialmente os indivíduos quanto para selecionar os postos de trabalho para o serviço público e postos de trabalho, sempre com a noção de mérito individual. Já na escola moderna foi instrumento para o estabelecimento e mobilidade das classes dos alunos (DIAS SOBRINHO, 2002).

Assim, ao se pensar em avaliação, jamais se pode imaginá-la neutra ou ingênua, pois ela produz efeitos, tanto para a vida pessoal e em sociedade, como para o Estado quando se pensa em avaliação educacional, por exemplo.

Nesse sentido, Dias Sobrinho (2002, p.59) escreve que “avaliação se transforma em instrumento que deve medir a capacidade que uma instituição em particular e o sistema como um todo têm de responder às demandas estabelecidas pelo mercado e às políticas dos governos”.

No Brasil, os primeiros passos da avaliação do ensino superior foram nos anos 80, quando surgiu a primeira proposta de avaliação com o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), proposto pelo Conselho Federal de Educação (CFE) juntamente com o apoio da CAPES e BNDES (Banco do Desenvolvimento de todos os Brasileiros). No governo Sarney, em 1986, foi criado o Grupo de Estudo da Reforma do Ensino Superior (GERES), que, utilizando a avaliação como mecanismo de controle do Estado, estabeleceu uma nova política para a educação superior (DIAS SOBRINHO; RISTOFF, 2002). Esses programas não tiveram êxito.

A avaliação ganhou maior ênfase na década de 90, especialmente em 1993, quando foi elaborado um projeto por diferentes universidades, sob a coordenação da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). A partir de então, iniciam estratégias para viabilizar a criação, que é de interesse do MEC (Ministério da Educação), de um Programa Nacional de Avaliação em conjunto com as universidades, gerando assim, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) e instalando a Comissão Nacional de Avaliação, regulamentada pela portaria SESu (Secretaria da Educação Superior), nº266, de 24 de agosto de 1995.

O PAIUB apresentava como objetivo geral

A avaliação de desempenho das universidades é uma forma de rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas. A utilização eficiente, ética e relevante dos recursos humanos e materiais da universidade, trazida em compromissos científicos e sociais, asseguram a qualidade e a importância dos seus produtos e sua legitimação junto à sociedade (BRASIL/PAIUB, 1993, p. 5).

Segundo Ristoff (1995), o PAIUB apresentava como princípios a globalidade, a comparabilidade, o respeito à identidade institucional, a não-punição, a voluntariedade, a legitimidade e a continuidade.

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), em seu primeiro mandato, ocorre o fim do apoio ao PAIUB. Eis que em 1995, foi criado pelo MEC o Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido popularmente como “Provão”, sendo realizado

pelos alunos do último ano da graduação, apresentando assim características de controle e ranqueamento.

Maciel (2003) acusa o ENC eficaz somente para controlar e direcionar o ensino superior para as necessidades mercadológicas, descaracterizando os verdadeiros objetivos da educação, pois desconsiderava a pesquisa e extensão.

Todavia, a legislação de avaliação foi melhor explicitada em 10 de outubro de 1996, com o Decreto nº 2.026/96, que estabeleceu procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. Esse Decreto promove ampla reorganização do sistema de avaliação desse nível de ensino, inclusive ajustando os mecanismos avaliativos existentes anteriormente.

O provão (ENC) foi debatido durante a campanha presidencial de 2002 e, logo após, o novo presidente, Luis Inácio “Lula” da Silva, ter assumido o cargo, através de sua administração, anunciou a formação de uma Comissão Especial de Avaliação (CEA), designada pelas Portarias MEC/SESu nº11, de 28 de abril de 2003 e nº 19, de 27 de maio de 2003, sendo oficialmente instalada pelo, então, Ministro da Educação, Cristóvam Buarque, em 29 de abril de 2003. As novas regras objetivaram mudanças no sistema de avaliação centralizado no Provão. O CEA propôs reformulações com base na construção de um sistema capaz de aprofundar os compromissos e as responsabilidades sociais das instituições.

A comissão foi criada então com a finalidade de,

analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas da educação superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados (BRASIL/CEA, 2003, p. 7).

A CEA sugeriu ao MEC a criação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), com a delegação de,

coordenar e supervisionar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), assegurando o adequado funcionamento da avaliação, o respeito aos princípios e orientações gerais, o cumprimento das exigências técnicas e políticas e as metas de consolidação do sistema avaliativo e de sua vinculação à política pública de educação superior (BRASIL/CEA, 2003, p. 97).

Em agosto de 2003 a comissão, após levantar dados diagnósticos da educação superior, propôs um novo sistema chamado SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), que, após um período de discussão e negociação no Congresso, foi formalmente instituído através de uma lei federal aprovada em abril de 2004, quando se estabeleceram os princípios da função social das IES, que se destacam como medida de sua eficiência. Surgiu, dessa forma, uma nova metodologia de avaliação do ensino superior, aperfeiçoando-se os procedimentos e os instrumentos de avaliação até então utilizados. Esse novo sistema incluiu uma nova abordagem também para o exame de cursos, chamada ENADE (Exame Nacional de Avaliação do Desempenho de Estudante).

2.5 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: LEGISLAÇÃO DO SINAES

Conforme foi analisado no item anterior, um dos sistemas criados pela legislação educacional no sentido de avaliar a eficiência da educação superior no Brasil, em operação nos dias de hoje, é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O SINAES foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentado pela Portaria do MEC (Ministério da Educação) nº 2051, de 09 de julho de 2004, passando a fazer parte das políticas educacionais.

O SINAES é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Avalia todos os aspectos que giram em torno desses eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

Ele tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior; a orientação da expansão da sua oferta; o aumento permanente da sua eficácia institucional, acadêmica e social e, especialmente, a promoção dos compromissos e responsabilidades sociais das IES, por meio da sua missão pública; da promoção dos valores democráticos; do respeito à diferença e à diversidade; e da autonomia e da identidade institucional.

Bertelli (2004, p. 52) escreve que “os princípios avaliativos consubstanciados pelo SINAES procuram contemplar a complexidade do ensino superior brasileiro, articulando as dimensões do processo de ensino, aprendizagem, capacidade institucional e responsabilidade social da instituição”.

O SINAES possui uma série de instrumentos complementares: auto-avaliação, avaliação externa, ENADE e avaliação dos cursos de graduação, como sendo instrumentos de informação (censo e cadastro).

Com esses instrumentos avaliativos surge a CPA (Comissão Própria de Avaliação), responsável pela gestão institucional interna, que é composta por membros da própria instituição de ensino superior e sociedade externa.

A Lei 10861/2004, com o fim de coordenar e supervisionar o SINAES, cria a CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação), que é formada por: um representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP); um representante da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES); três representantes do Ministério da Educação; um representante do corpo discente, um do corpo docente e um técnico administrativo, todos pertencentes a IES; e cinco membros indicados pelo Ministro de Estado da Educação.

Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pelo CONAES. Esta Comissão tem como função estabelecer os parâmetros gerais e as diretrizes para a operacionalização do sistema de avaliação. Evidencia-se que a operacionalização do Sistema está sob a

responsabilidade do INEP.

Nesse sentido, consta no documento do CONAES:

Considerando que a avaliação não é um fim em si, mas um dos instrumentos de que dispõe o poder público e a sociedade para dimensionar a qualidade e a relevância das IES em consonância com sua missão acadêmica e social, cabe distinguir quais as atribuições de avaliação do SINAES, e quais as de regulação do Estado (BRASIL/CONAES, 2004, p. 7).

As informações obtidas com o SINAES devem permitir que as IES desenvolvam a sua gestão com base nas informações advindas desse processo de avaliação, assim como na orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, pelos órgãos governamentais, para orientar políticas públicas, e pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e públicas em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições. (BRASIL/SINAES, 2004)

Na tentativa de desempenhar suas finalidades, o SINAES apresenta como princípios: reconhecimento da diversidade do sistema de educação superior do país; respeito à identidade, à missão e à história das instituições; responsabilidade social com a qualidade da educação superior. Esse órgão entende que as instituições devem ser avaliadas globalmente (ou seja, a partir de um conjunto de indicadores de qualidade vistos em sua relação global e não isoladamente), e, ainda, buscar a continuidade do processo avaliativo (BRASIL/SINAES, 2004).

Sendo assim, o SINAES apresenta como indicadores:

1. A Avaliação das Instituições de Ensino Superior (AVALIES), na perspectiva de identificar seu perfil e o significado da sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, respeitando a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas;
2. A Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG), com o objetivo de identificar as condições de ensino oferecidas, perfil do corpo docente, instalações físicas e organização didático-pedagógica;
3. A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação, realizada pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), com a finalidade de aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. Esse exame será aplicado por

meio de procedimentos amostrais, ao final do primeiro e do último ano do curso, com uma periodicidade máxima trienal. O ENADE será acompanhado de instrumento de levantamento do perfil dos estudantes (questionário socioeconômico) e será considerado componente curricular obrigatório dos cursos (BRASIL/SINAES, 2004).

A Lei 10861/2004 prevê a realização do ENADE, que deve ser aplicado periodicamente, a partir de procedimentos amostrais, para alunos de todos os cursos de graduação, matriculados no primeiro e no último ano do curso.

A divulgação dos resultados obtidos pelo SINAES abrange tanto instrumentos de informação (dados do censo, do cadastro e outros) quanto de avaliação de mérito e de valor (pareceres das comissões de avaliação, informações sobre infra-estrutura, desenvolvimento profissional e condições de trabalho do corpo docente e técnico-administrativo, acervo bibliográfico, condições dos laboratórios didáticos e de pesquisa).

Portanto, essas informações propõem a construção de uma avaliação capaz de aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais das instituições, bem como promover os valores democráticos, o respeito à diversidade e promovendo a afirmação da identidade de cada IES.

2.6 O PAPEL POLÍTICO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Quando se pesquisa sobre avaliação, observa-se que a maioria dos estudos refere-se à aprendizagem do aluno e as técnicas utilizadas para avaliá-los. Mas estudos recentes mostram que o processo de avaliação é muito mais amplo e complexo, e que não diz respeito somente ao ensino e as técnicas, mas que avaliação é também uma questão política e social.

Nesse sentido, Dias Sobrinho (2002) escreve que para entender avaliação é também necessário compreender seus papéis políticos, pois avaliação da educação superior não pertence ao interesse privado, mas ao universo de valores públicos.

Avaliar é atribuir valores como qualidade de ensino, maior comprometimento e

envolvimento das instituições de ensino e dos professores, determinando fundamentalmente a qualidade da educação, entendimento da instituição e da sua política e seus efeitos.

Esse cenário exige que a avaliação das Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras esteja voltada para o,

aumento permanente da eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL/SINAES, 2004, p.145).

Assim, a avaliação deve conectar-se profundamente com o futuro, estar sempre atualizada. Avaliar, portanto, implica em tomar uma série de ações, tanto pelo Estado, em nível Federal e Estadual, quanto pela sociedade, através de seus diversos atores, no sentido de melhorar no Brasil o seu sistema de ensino, pesquisa e extensão. Por conseqüência, ela deve ser a ocasião para que a sociedade, em sua complexidade e riqueza, assuma uma série de decisões que foram, ao longo do tempo, unicamente de responsabilidade do Estado.

A partir de uma vinculação necessária entre avaliação e regulação, fazendo uso de dispositivos e instâncias como SINAES, CONAES e Comitê Técnico de Coordenação/SESu, em consonância com INEP e CNE, deve o Estado recuperar a sua capacidade de regular o Sistema Federal de Educação Superior e que ele busque garantir acesso educacional de qualidade a todos.

Tais organismos acabam por decretar a importância da avaliação educacional, que será compreendida por todos os que integram a comunidade acadêmica.

Até época recente, entretanto, essa mesma avaliação limitava-se à mensuração do desempenho escolar, ou, então, era concebida segundo um modelo simplista, baseado na apresentação de objetivos comportamentais, construção e aplicação de instrumentos, análise dos resultados e elaboração de um relatório final. A avaliação inclui, sem dúvida, todos esses procedimentos, mas a eles não se circunscreve, porque significaria limitar os seus objetivos que são bem mais amplos (VIANNA, 1989, p.17).

Avaliação é um instrumento fundamental para toda a instituição social que busca desenvolvimento, autonomia e qualidade para a universidade e que constitui-se em condição para excelência na produção, sistematização e democratização do saber. “Seu propósito deve ser o de conduzir ao aperfeiçoamento constante dos empreendimentos humanos” (RIBEIRO, 2000, p.15).

Considerando a questão da autonomia, a avaliação institucional contribuirá com a IES, no cumprimento da sua função, na correção de rumos, se for utilizada como instrumento de gestão educacional, gerando uma prática pedagógica de qualidade.

A avaliação das universidades brasileiras, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, é uma ferramenta poderosa para as necessárias mudanças na educação superior, visando à melhoria na qualidade, através do compromisso e responsabilidade social em realizar programas, projetos, boa infra-estrutura, cursos e maior aproximação com a sociedade, em especial, no que diz respeito à prática pedagógica docente.

Como escreve Barreira (2000), no campo da educação, a avaliação institucional tem sido utilizada com maior ênfase nos últimos anos como instrumento para aferir a qualidade do ensino nas universidades brasileiras.

As propostas para realizar a avaliação institucional provêm de: “políticas para a educação superior estabelecidas pelos governos nacionais, as propostas que emanam dos organismos internacionais e as propostas estruturadas pelos especialistas em educação superior” (DIAS SOBRINHO e RISTOFF, 2003, p. 85).

Para os organismos internacionais a avaliação acaba sendo uma relação de “custos e rendimentos”, nessa ótica ela se torna a “medida da eficiência e produtividade educativa através de indicadores econômicos e financeiros”, pois a “meta é maximizar a eficiência do sistema com a finalidade de liberar o Estado” (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 53). Percebemos que os organismos internacionais buscam minimizar a responsabilidade do Estado frente as políticas sociais.

De acordo com Gisi (2000, p.44), as políticas para a educação superior tem sido

formuladas a partir de orientações de organismos internacionais, tais como as do “Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional”.

Por meio dos instrumentos de avaliação, a instituição terá capacidade de rever os pontos problemáticos e aqueles que precisam de mais atenção, tanto na dimensão administrativa, como pedagógica e financeira. “Na realidade a avaliação se torna um instrumento pedagógico e político de fortalecimento emancipatório de organizações, indivíduos, grupos e comunidades” (BARREIRA, 2000, p. 78). Torna-se, então, ferramenta de política educacional, proporcionando maior autonomia às instituições, à qual promove verificação do próprio desenvolvimento, influencia o processo decisório e corrige rumos na busca da qualidade de educação e de serviços especializados.

Portanto, toda política de avaliação propõe rupturas com o presente e encaminha promessas para o futuro, tornando visíveis os campos de ações possíveis e comprometendo seus atores e autoras. Pois, preparar cidadão capaz de agir a serviço do desenvolvimento nacional deve ser uma constante preocupação da IES.

2.7 O PAPEL POLÍTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

São as universidades que fazem hoje, com efeito, a vida marchar. Nada as substitui. Nada as dispensa. Nenhuma outra instituição é tão assombrosamente útil (TEIXEIRA, 1988).

As universidades mostram para os alunos a realidade da profissão que escolheram e transmitem a capacidade necessária para exercê-la, com dignidade e eficiência. Através das universidades o indivíduo torna-se competitivo no mercado de trabalho e contribuem para o desenvolvimento do país.

A busca do conhecimento organiza-se em torno de problemas e questões atuais que os jovens esperam encontrar no seu cotidiano, tais como, saúde, profissão, família, problemas sociais, padrões privados, etc., pois a partir do momento em que se duvida,

questiona e problematiza algo, ocorre a produção do conhecimento.

A atividade fundamental da universidade é o educar, em todos os sentidos, e a produção do conhecimento é uma de suas funções. A educação é à base de uma sociedade democrática, em que a cidadania não é um conceito garantido apenas formalmente na lei, mas é exercida plena e conscientemente por seus membros.

Uma universidade distingue-se de qualquer outro tipo de instituição de ensino superior por ser o local privilegiado em que os atores envolvidos no processo educacional interagem profissionalmente, desenvolvendo, ampliando e adquirindo conhecimentos e habilidades com o objetivo de entender e agir sobre a realidade que os cerca. Esse processo resulta não apenas na capacitação dos alunos com as técnicas para desempenhar suas atividades no seio da sociedade, mas deve proporcionar o desenvolvimento de uma visão global, holística e crítica dessa realidade em que vive. Assim, a compreensão do mundo a sua volta torna-se cada dia mais clara.

Deseja-se ajustar a universidade à formação da cidadania. Nesse sentido, articular um modelo que busque afirmar-se no terreno da ciência e da tecnologia implica a existência de uma universidade vista como um espaço social fundado nas diferenças, onde se aprende conteúdos especializados, úteis para as necessidades práticas da vida, até mesmo imprescindíveis para a sobrevivência e para o enriquecimento do processo histórico civilizatório.

DIAS SOBRINHO (2002, p. 18) afirma:

Mas, não se pode omitir que, através dos processos de aprendizagem também se constrói, em maior ou menor grau, uma relação com a ciência e a consciência das posições políticas e éticas relativas à vida dos indivíduos na sociedade.

Ninguém pode minimizar a importância das universidades para o desenvolvimento do país. Todos os homens e mulheres têm direito à cultura, à ciência, ao conhecimento, ou seja, à educação.

Nesse sentido, Santos (1999) escreve que as funções da universidade

constituem-se em: transmissão da cultura, ensino das profissões, investigação científica e educação de novos homens de ciência.

No Brasil, o direito ao conhecimento ainda está para ser conquistado pela maioria da população. De modo geral, a falta de acesso à educação ou a falta de qualidade é, hoje, o que estrangula o desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Evidentemente, a trajetória da educação no Brasil não será mudada de um dia para o outro. Mas é impossível não se levar em consideração o potencial da universidade, quando se trata de avaliar o nosso futuro.

A importância da educação superior brasileira é reconhecida pela nossa Lei Maior (CF) e pelo Estado. Tanto assim que, esse é o objetivo da avaliação como política pública: controlar a qualidade de ensino superior. Assim, Guimarães (2003, p. 55) relata que:

O Ministério da Educação e seus agentes têm procurado, a partir da década de 90, controlar a qualidade do ensino prestado pelas instituições públicas e privadas, utilizando instrumentos de avaliação, conforme determinação do artigo 209 da Constituição Federal de 1988, especificamente para o ensino superior privado, e do artigo 46 da LDB de 1996, extensivo a todas as instituições de ensino superior.

2.8 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Sabe-se que a busca pela melhoria da qualidade da educação constitui-se em resultado de amadurecimento e atualização dos autores envolvidos que passam a desejar o melhor e não aceitam mais somente recebê-los, comprá-los ou mantê-los, pois passam a examinar, comparar e exigir que o que procuram seja melhor e que atendam de melhor forma as suas necessidades.

Nesse sentido, a avaliação institucional serve para conhecer o que a IES tem de positivo e principalmente os problemas que a cercam. Quando conhecemos os problemas, temos grande parte do caminho resolvido, pois com isso podemos estabelecer estratégias para poder solucioná-los.

Educação de qualidade é um direito de todos, que desejam e necessitam não apenas usufruir a vivência escolar, mas, que e, acima de tudo, essa escolaridade resulte no desenvolvimento de sólidas competências básicas, que os tornem capazes de atuar de forma segura, hábil, bem informada e qualificada no mundo produtivo e sócio-cultural.

Na sociedade da informação e da produção do conhecimento, a demanda sobre a formação das pessoas é crescente, em vista do que não é mais suficiente e nem adequado, no que se refere à IES com seus professores que acham que ensinam bem o que sempre ensinaram, pois não se aceita mais o saber pronto e acabado. As IES precisam rever continuamente seus processos educacionais e a forma como funcionam para oferecê-los a seus alunos, quer dizer, deve avaliar o seu modo de ser e de fazer, à luz do desenvolvimento da sociedade, da ciência e da tecnologia, o mundo em que o aluno da Instituição em geral já atua.

A avaliação deve ser vista como uma ferramenta para mostrar os múltiplos aspectos da atuação institucional, sejam eles positivos ou problemáticos dos processos a serem utilizados para promover o desenvolvimento da instituição. Como ferramenta de busca e aprimoramento institucional, a avaliação institucional deve basear-se em informações úteis e confiáveis, trabalhados em acordo com os princípios e objetivos pertinentes e coerentes com os que norteiam a própria IES. É necessário que esteja explícita a sua missão, os preceitos da qualidade, da transformação, do comprometimento dos envolvidos em mudar as questões frágeis apontadas, demandando melhoria.

A avaliação deve estar atrelada ao meio de conhecer o novo e aos desafios para criar o novo, pois a avaliação consiste em um processo de reflexão, de conscientização e de compreensão da realidade institucional.

Pode-se dizer que é uma tendência recente conceber a avaliação como ferramenta de melhoria dos processos pedagógicos e administrativos de uma instituição de ensino superior, mas é fruto de um processo histórico de mudança de conceitos e de práticas avaliativas ao longo do século XX. Então, considera-se importante conhecer

esse processo para compreender melhor a realidade atual da avaliação das Instituições de Ensino Superior. Por isso, apresenta-se a seguir um breve histórico da instituição estudada.

3 A PERCEPÇÃO DE ALUNOS E PROFESSORES DA FADEP ACERCA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Acredita-se que nenhuma IES é melhor do que o reflexo dos atores nela envolvidos.

Assim, se esses estão voltados para práticas bem sucedidas no passado, tendem a se repetir e a deixar de acompanhar a evolução dos tempos, e os que se consideram donos da verdade e corretos em tudo o que fazem, deixam de aprender e as IES deixam de serem instituições de aprendizagem onde ocorre produção de conhecimento, pois pessoas que apenas cumprem determinações e atêm-se ao mero exercício do dever, deixam de ter alma e entusiasmo e tornam-se impessoais e desestimulantes.

Por outro lado, pessoas orientadas para a melhoria contínua, que têm entusiasmo pelo seu trabalho e ofício, que reconhecem seu compromisso social dentro da instituição e que contribuem para a criação de uma educação de qualidade, devem aprimorar-se constantemente a partir de um hábito de se auto-avaliar.

A partir dessa auto-avaliação, devem tornar-se capazes de, conscientemente, participar e fazerem parte da transformação dos arranjos institucionais, mediante o desenvolvimento de visão crítica, assim como de novos métodos e práticas de trabalho. Pessoas capazes de autocrítica e de transformação, a partir dessa crítica, contribuem para a construção de ambientes de trabalho mais positivos e promissores, que buscam qualidade.

Nesta perspectiva de que as IES busquem qualidade de ensino, a partir de constantes transformações e reformulações, devido à avaliação institucional, e de que os atores, envolvidos com essa busca, apresentam conhecimento da organização que envolve uma instituição é que se desenvolveu a presente pesquisa.

Assim, a pesquisa de campo foi realizada na Faculdade de Pato Branco (FADEP), instituição privada, com professores e alunos da área de saúde, sendo 14 (quatorze) professores e 164 (cento e sessenta e quatro) alunos.

Como instrumento de pesquisa, foi utilizado um questionário composto por 9 (nove) questões para os professores e 10 (dez) questões para os alunos, com alternativas de múltipla escolha. Os alunos tiveram liberdade para aceitar ou não participar da pesquisa. Os dados foram tratados de modo a preservar o anonimato dos alunos.

A seguir apresentam-se os dados coletados na forma de gráficos e, após isso, busca-se analisar os dados na perspectiva de dar significado e compreensão da questão principal que norteia este estudo.

Cabe ressaltar também que o questionário foi aplicado 2 (duas) semanas após a avaliação institucional, realizada pela CPA, ter ocorrido na instituição.

3.1 BREVE HISTÓRICO DA FACULDADE DE PATO BRANCO - FADEP

A Associação Patobranquense de Ensino Superior, S/C, foi institucionalizada no dia 16 de setembro de 1999, como mantenedora da Faculdade de Pato Branco – FADEP, exercendo as suas atividades no Ensino Superior, autorizada pela Portaria 746/2000 MEC. A FADEP possui uma infra-estrutura própria e adequada, disponibilizando todos os meios necessários à oferta de um ensino de qualidade para os seus acadêmicos. A estrutura educacional da faculdade está distribuída em 13 blocos didáticos, com área construída de 34.500 metros quadrados, num terreno de

195.000 m² (FADEP, 2007b).

Atualmente, a instituição possui 76 salas de aula; anfiteatro com aproximadamente 450 lugares; biblioteca com cerca de 29.000 volumes, periódicos, CDs, videoteca e computadores com acesso à internet. Além disso, a FADEP possui modernos e atualizados laboratórios de Informática, salas de multimídia e laboratórios equipados de Comunicação Social (Jornalismo e Publicidade e Propaganda), Enfermagem, Nutrição, Psicologia, Fisioterapia, Pedagogia e Educação Física (FADEP, 2007b).

O Complexo Esportivo comporta pista de atletismo, piscina térmica semi-olímpica, campo de futebol com iluminação, ginásio de esportes, sala de dança, paredão de escalada, ginásio para a prática de ginástica olímpica e academia de musculação. A instituição também conta com uma moderna Clínica de Saúde, onde estão alocadas a Clínica-Escola de Fisioterapia, laboratórios de Enfermagem, Nutrição e Psicologia e Centro de Integração Saúde-Escola.

A FADEP oferece amplo estacionamento com capacidade para 1.500 veículos, com segurança e comodidade, além de uma praça de alimentação espaçosa (FADEP, 2007b).

A partir do credenciamento e início das atividades acadêmicas, a Faculdade de Pato Branco buscou institucionalizar suas ações em consonância com os dispositivos reguladores fixados pelo Ministério da Educação.

Atualmente, a faculdade conta com treze cursos de graduação: Administração (Habilitação em Comércio Exterior, Habilitação em Gestão da Informação, Habilitação em Administração Rural e Administração Geral), que obteve reconhecimento em 26-10-2004, pela Portaria nº. 3.490; Comunicação Social (Habilitação em Jornalismo e Habilitação em Publicidade e Propaganda) reconhecido pela Portaria nº. 3.489 em 26-10-2004; Direito autorizado em 2006 pela Portaria nº. 1.271 de 10-07-2006; Educação Física, o qual foi reconhecido pela Portaria nº. 1.660 em 13-05-2005; Enfermagem (Diurno e Noturno), reconhecido pela Portaria nº. 666 em 15-03-2006; Fisioterapia,

reconhecido pela Portaria nº. 1087 de 14-12-2006; em 2003 foi autorizado o curso de Nutrição pela Portaria nº. 3.464 de 19/11/2003; Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar e Orientação Educacional reconhecido pela Portaria nº. 1.667 em 03-06-2004 e em 2004 foi autorizado o curso de Psicologia pela Portaria nº. 3.608 de 08-11-2004 (FADEP. 2007b).

A comunidade acadêmica é integrada por aproximadamente 1.700 alunos, 125 professores, dos quais 42,3% têm as qualificações de mestres e doutores, 70 funcionários técnico-administrativos e 20 estagiários.

O desenvolvimento de pesquisas é realizado através do Núcleo de Estudos e Pesquisas, estruturados por áreas de conhecimento. No campo de extensão, realiza projetos que visam integrar os corpos docente e discente à comunidade, por meio de intercâmbio de conhecimentos nas diferentes áreas da graduação. A FADEP também oferece cursos de pós-graduação na modalidade *Lato Sensu*, nas áreas da administração e saúde, com 250 pós-graduandos, sempre privilegiando a qualidade de ensino e a formação profissional.

A responsabilidade social da FADEP pode ser constatada a partir de projetos desenvolvidos nas áreas de Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Lazer, Cidadania, Comunicação Social, Desenvolvimento Econômico e Planejamento. Recentemente, devido ao trabalho desenvolvido pela Universidade Aberta à Terceira Idade (Unati), projeto que conta com a parceria da Prefeitura Municipal de Pato Branco, a FADEP foi reconhecida pela Câmara de Vereadores como Empresa Amiga do Idoso, confirmando a sua inserção social junto à comunidade local e regional (FADEP, 2007b).

Já que os fins educacionais das IES foram fixados na perspectiva de,

elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos, habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior, concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade (ROMANELLI, 2000, p. 133).

Em cumprimento ao disposto pela Portaria/MEC – 2.864/05 de agosto de 2005, a referida Faculdade tornou pública as condições de oferta dos cursos ministrados pela instituição.

Em relação à missão, a FADEP está fundamentada em “formar e qualificar cidadãos produzindo conhecimento, orientados para o desenvolvimento social, cultural, científico e tecnológico, mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão, inseridas no contexto regional e global a partir de uma perspectiva latino-americana” (FADEP, 2006a, p. 26).

Nesse sentido, a visão da FADEP é ser reconhecida como Centro Universitário, congregando áreas pluricurriculares de conhecimento, a partir da excelência do ensino oferecido, produtividade científica e a qualidade dos serviços prestados.

A FADEP tem como objetivos (FADEP, 2007b):

I - O desenvolvimento do ensino e da educação superiores na área das Ciências Humanas e da Saúde;

II - Formar profissionais que, além do domínio técnico e tecnológico, sejam conscientes de seu importante papel na sociedade como especialistas de nível superior nas áreas de conhecimento dos cursos e programas que oferecer;

III - Fomentar o desenvolvimento do conhecimento científico, tecnológico e cultural, através de estudos e pesquisas e divulgações por meio de publicações e atividades de extensão;

IV - Promover a fraternidade e a igualdade entre os cidadãos, para que eles tenham condições de desenvolver, conscientemente, seus projetos de vida, para alcançar a Paz entre os povos;

V - Buscar a promoção da extensão universitária integrada à comunidade, para a socialização dos bens culturais gerados na Instituição;

VI - Atuar para buscar possíveis soluções de problemas nacionais e regionais relacionados ou não com as disciplinas e objetivos dos diversos cursos, conforme os interesses da comunidade.

3.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA FACULDADE DE PATO BRANCO – FADEP

A implantação da Avaliação Institucional na Faculdade de Pato Branco (FADEP) teve início no ano da fundação da instituição em 2000, decorrendo dos próprios objetivos formadores, legitimamente expressos nos dispositivos regimentais, que evidenciam referências, a fim de que a avaliação se constitua em caminho processual para a tomada de decisões em nível institucional (FADEP, 2006b).

Em 2001, a avaliação institucional teve a participação dos alunos, a partir de reuniões com a Direção Geral Pedagógica e com as coordenações dos cursos.

As observações dos limites e das possibilidades apontadas pelos alunos em suas intervenções deram à instituição a visibilidade para buscar melhorias nas ações dos docentes e nas decisões administrativas. Tais indagações puderam ser evidenciadas no segundo momento da avaliação, em 2002, quando os próprios alunos se manifestaram apontando algumas melhorias, que se tornaram explícitas, como, por exemplo, o desempenho dos professores avaliados (BERTELLI, 2005).

Para dar continuidade ao processo avaliativo na FADEP e atendendo às determinações da legislação inseridas nas políticas públicas, relativas à avaliação institucional, foi constituída, através da Portaria nº 05/2004 (Gabinete da Direção), de 28 de maio de 2004, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tem a incumbência de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, de sistematizar e de prestar as informações solicitadas pelo INEP/MEC (BERTELLI, 2005).

A CPA deve contar, na sua composição, com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e, também, da sociedade civil organizada, ficando, a critério dos órgãos colegiados superiores da instituição, as definições quanto ao seu modo de organização, quantidade de membros e dinâmica de funcionamento. Uma vez constituída a CPA, seu funcionamento específico deverá prever estratégias que levem em conta as características da instituição, seu porte e a existência ou não de experiências anteriores de avaliação, incluindo a auto-avaliação, avaliações externas, avaliação dos docentes pelos alunos, avaliação da pós-graduação e outros.

A CPA é órgão de representação acadêmica e não da administração da instituição. Para assegurar sua legitimidade junto à comunidade acadêmica, é recomendável que, no processo de escolha dos seus membros, sejam consultados os agentes participantes do processo. Tal se faz necessário, pois, sem o envolvimento da comunidade, a avaliação não cumprirá plenamente o seu ciclo participativo (BRASIL/PUBLICAÇÕES, 2007).

A regulamentação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da FADEP relata que:

Artigo 1º. A Comissão Própria de Avaliação da Faculdade de Pato Branco - FADEP, constituída a partir da Portaria N.º 005/2004, da Direção Geral, de acordo com o previsto no art. 11 da Lei N.º 10.861, de 14 de abril de 2004, rege-se pelo presente Regulamento e pela legislação e normas vigentes para o Sistema Federal de Ensino e possui as atribuições de elaborar, implementar, aplicar e monitorar o processo de auto-avaliação institucional.

Artigo 2º. A Comissão Própria de Avaliação da FADEP tem como objetivo auxiliar na gestão institucional em suas dimensões acadêmica e administrativa de forma a proporcionar os ajustes necessários para a melhora permanente da qualidade das atividades desenvolvidas.

Artigo 3º. A CPA terá a seguinte composição:

I – diretor (a) geral da FADEP;

II – diretor (a) pedagógico(a) da FADEP;

III – diretor (a) administrativo(a)-financeiro (a) da FADEP;

IV – três representantes do corpo docente da FADEP;

V – três representantes dos funcionários técnico-administrativos;

VI – três representantes do corpo discente;

VII – três representantes da sociedade civil organizada, com sede no município de Pato Branco.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) relata que, ao constituir-se como uma mediação que ajuda a organizar e expressar a identidade institucional, a avaliação é componente inerente do próprio projeto pedagógico (FADEP, 2006a).

Nesse sentido, o processo avaliativo incorpora uma dimensão educativa capaz de identificar as práticas acadêmicas no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa.

A avaliação do projeto pedagógico caracteriza-se, também, como um processo de diagnóstico para identificar os fins, os resultados, o desempenho, os feitos e efeitos da FADEP. Ao mesmo tempo, constrói um marco referencial sobre a realidade institucional, a partir das informações quantitativas e qualitativas processadas em cada setor que integra a instituição (FADEP, 2006a).

Destaca-se que a FADEP realiza a auto-avaliação institucional em conformidade ao disposto na Lei 10.861, iniciada no segundo semestre de 2000. Contudo, para a especificidade da dinâmica avaliativa o projeto propõe-se a:

1. realizar, semestralmente, a avaliação das ações propostas e desenvolvidas no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e gestão administrativa. Para tanto, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), planejará a reforma e a metodologia adequada;
2. desenvolver um processo contínuo de análise do marco referencial deste projeto pedagógico, a partir das reuniões mensais dos colegiados de cursos;
3. articular os vários níveis de reflexão (marco referencial, diagnóstico e programação) a partir de reuniões específicas, programas quadrimestralmente, contando com representação dos estudantes, professores, técnico-administrativos e todos os coordenadores de cursos, direção administrativo-financeira, direção pedagógica e direção geral (FADEP, 2006a, p. 105).

No Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da FADEP consta ainda que a avaliação possibilitou responder às perguntas que demarcam a identidade da FADEP e, ao mesmo tempo, projeta suas possibilidades para assegurar a legitimidade social da

instituição. Portanto, avaliar as metas, os rumos, buscar melhorias, confrontar questões formais da instituição e do gerenciamento, vislumbrando a interferência crítica da FADEP na realidade sócio-cultural do Sudoeste paranaense, constituem-se propósitos avaliativos do projeto pedagógico (FADEP, 2006a).

A FADEP (2007a, p. 7) ainda relata que,

A auto-avaliação da instituição se apresenta como um referencial para a tomada de decisão, procurando estabelecer relações pedagógicas e administrativas de forma a apresentar resultados que contribuam para a melhora dos processos que envolvem a missão institucional da FADEP. Os procedimentos avaliativos foram desenvolvidos na perspectiva de uma avaliação formativa, priorizando-se o princípio da participação e visando uma melhor qualificação do projeto institucional “.

Concomitantemente ao crescimento e à ampliação dos cursos de graduação, bem como a sua infra-estrutura, a instituição sentiu a necessidade de um acompanhamento sistemático do seu processo de desenvolvimento, mediante processo de Avaliação Institucional, iniciado no segundo semestre de 2000.

Segundo relatórios da auto-avaliação institucional FADEP (2006c, p. 7) “a cultura da avaliação formativa, na Fadedep, é vivenciada desde sua implantação em 2000”.

A avaliação institucional, como estratégia aplicada na gestão institucional, contribui na melhoria da qualidade da instituição, pois as informações produzidas, na avaliação externa e interna, permitem decisões mais focadas na singularidade institucional e permite verificar a efetivação dos indicadores de qualidade dos serviços prestados na área do ensino superior da FADEP (FADEP, 2005, p. 25 – 26)

Hoje a instituição conta com um Caderno de Avaliação Institucional nº 1, em que apresenta o relatório da auto-avaliação institucional da FADEP do ano de 2000 a 2005, e o mesmo aponta as ações programadas e realizadas e os resultados alcançados nos vários setores da instituição e mostra, também, projetos futuros a partir dos resultados obtidos. Na FADEP (2007a, p. 7) consta que “o caderno de avaliação institucional foi sistematizado na intencionalidade de disponibilizar, à comunidade acadêmica e à

sociedade em geral, um espaço para socializar os resultados obtidos no processo de avaliação interna”.

O caderno de avaliação institucional da FADEP apresenta assuntos como: o processo de auto-avaliação institucional da FADEP; o relatório de auto-avaliação institucional da FADEP de 2000 a 2005; a missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; a responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal, do corpo docente e técnico-administrativo; organização e gestão da instituição; infra-estrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento a estudantes e egressos e sustentabilidade financeira.

A instituição já promoveu dois seminários regionais de avaliação institucional, sendo o primeiro em novembro de 2006, o qual contou com a palestra do Prof. Dr. José Dias Sobrinho (UNICAMP) que abordou o assunto “Avaliação Institucional: princípios pedagógicos”, o Prof. Dr. Dilvo Ilvo Ristoff (INEP/MEC) abordou o assunto “SINAES: sua contribuição para a qualidade da educação superior” e o Prof. Dr. Pedro Goergen (UNICAMP) explicitou sobre “A Responsabilidade Social da Avaliação”.

No primeiro seminário regional de avaliação institucional ainda teve a apresentação dos relatórios de avaliação institucional das IES participantes, tais como: União de Ensino do Sudoeste do Paraná (UNISEP), Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV), Faculdade Exponencial (FIE), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC – PR), Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE).

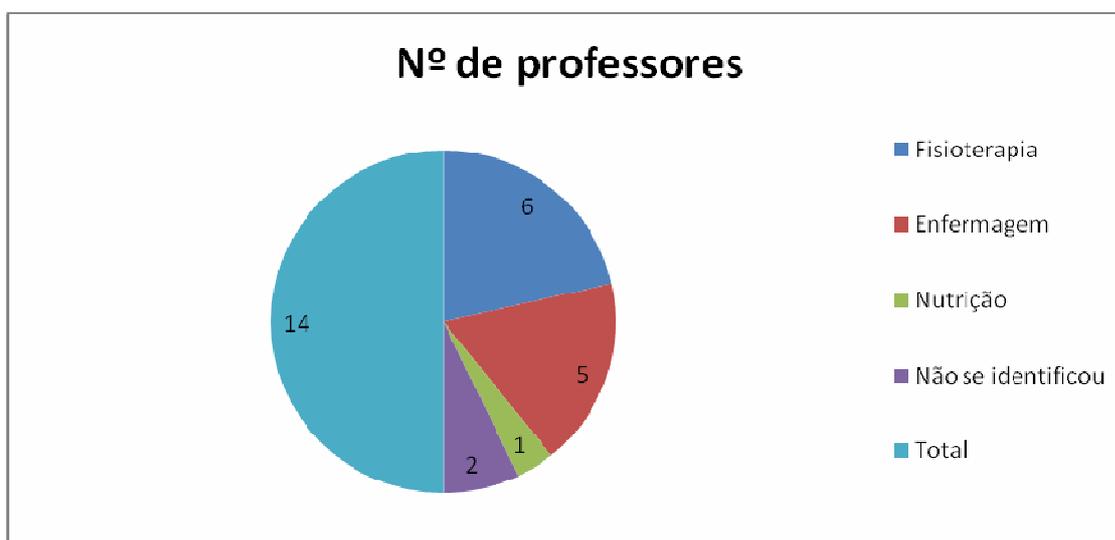
O segundo seminário regional de avaliação institucional da FADEP foi em abril de 2008 e contou com a palestra da Prof.^a Nadja Maria Valverde Viana (CONAES/MEC) que abordou o assunto “A trajetória da avaliação institucional e os avanços partir do SINAES”, teve uma mesa redonda com a Prof.^a Dra. Maria Amélia Sabbag Zainko (UFPR), Prf. Dr. Mário Portugal Pederneiras (CNE/MEC) e a Prf.^a Dra. Eleci Terezinha Dias da Silva (UNOCHAPECÓ).

Teve a Socialização das práticas da avaliação institucional: apresentação oral

das IES convidadas, além da apresentação da FADEP teve a da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Centro Universitário Franciscano (UNIFAE), Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná (UNICS) e a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

3.3 A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA FADEP ACERCA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

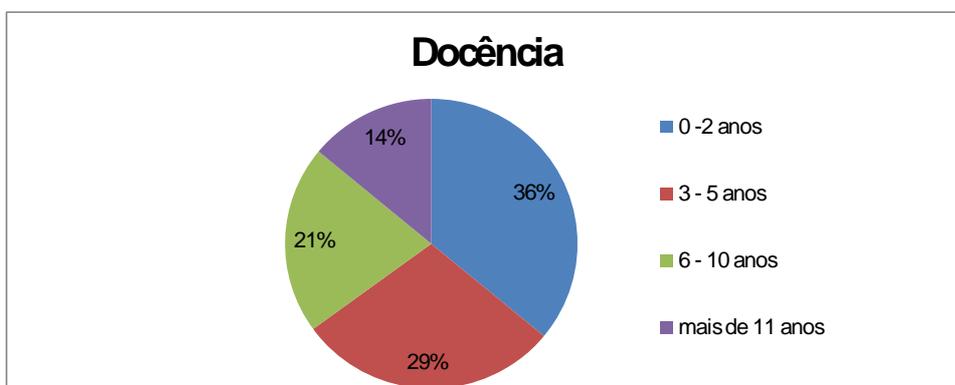
1) Quanto ao número de professores que responderam as questões: os dados obtidos mostram que 14 (quatorze) professores responderam ao questionário, sendo que a maioria dos entrevistados foi do curso de fisioterapia, como mostra o gráfico 1.



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 1

2) Quanto ao tempo de docência dos professores entrevistados: os dados obtidos mostram que a maioria tem entre 0 (zero) a 2 (dois) anos de docência, como mostra o gráfico 2.



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 2

3) Quanto a formação acadêmica dos professores entrevistados: 43% são especialistas e 36% mestres, 14% são graduados e 7% não quis identificar a sua formação acadêmica, como mostra o gráfico 3.



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 3

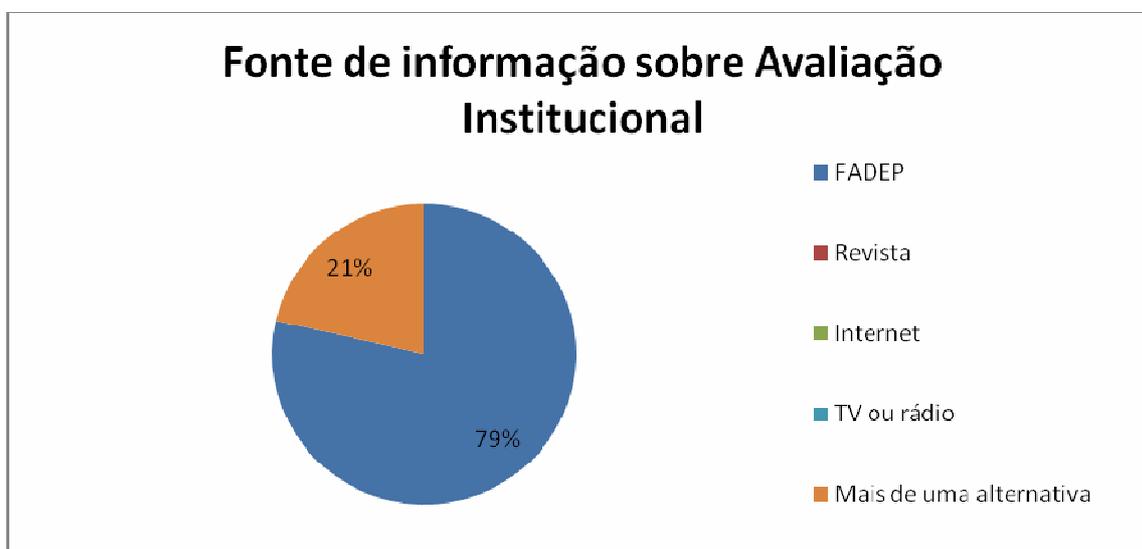
4) Quanto ao conhecimento a respeito do significado da avaliação institucional: 93% dos professores identificaram que todas as alternativas estão corretas, como mostra o gráfico 4, que é a correta. Mostrando, assim, que os professores da instituição apresentam conhecimento sobre o assunto avaliação institucional, mesmo com pouco tempo de docência.



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 4

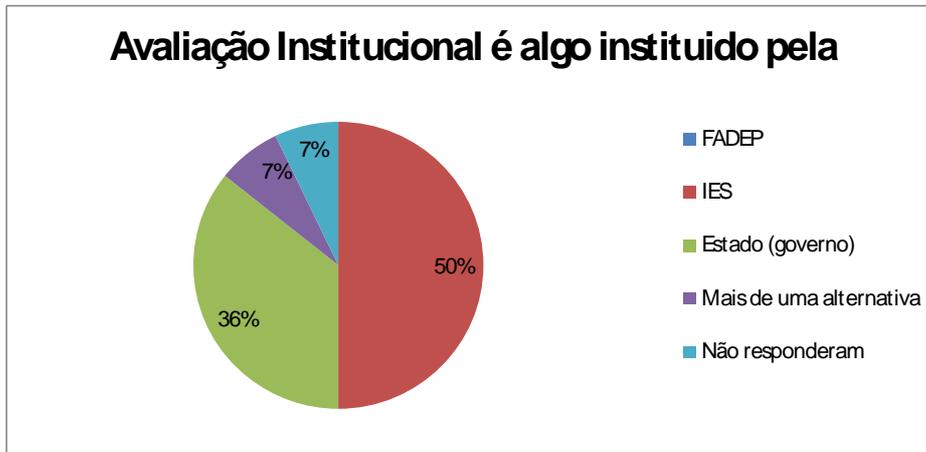
5) Quanto à fonte de informação a respeito da Avaliação Institucional: como mostra o gráfico 5, a maioria, 79% dos professores, aponta a FADEP como fonte de informação sobre avaliação institucional.



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 5

6) O conhecimento dos professores entrevistados a respeito de quem instituiu a Avaliação Institucional: o gráfico 6 confirma que 50% dos professores acreditam que a avaliação institucional é algo instituído pela IES. Observamos, assim, que os professores sabem para que serve a avaliação institucional, mas não sabem que é algo instituído pelo Estado (governo).



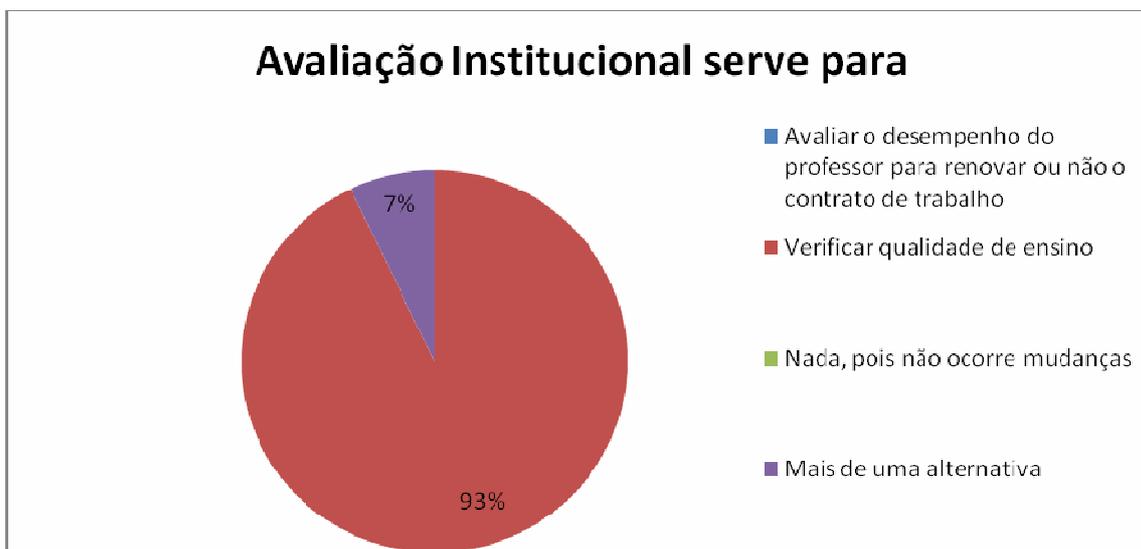
Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 6

Para Dias Sobrinho e Ristoff (2002 p. 40):

A compreensão de uma avaliação em particular se realiza a *posteriori* e, além de seus aspectos mais visíveis e explicáveis, não pode deixar de levar em conta as manifestações concretas de sua construção, bem como os desejos e intenções dos sujeitos e os valores que impregnam e de algum modo constituem as práticas sociais daqueles que se envolvem no processo e por ele são afetados.

7) Quanto ao conhecimento da utilização da Avaliação Institucional: 93% dos professores relatam que a avaliação institucional serve para verificar qualidade de ensino, como mostra o gráfico 7. Observamos que a instituição, como mostra a visão da maioria dos professores, não utiliza a avaliação institucional como forma punitiva.



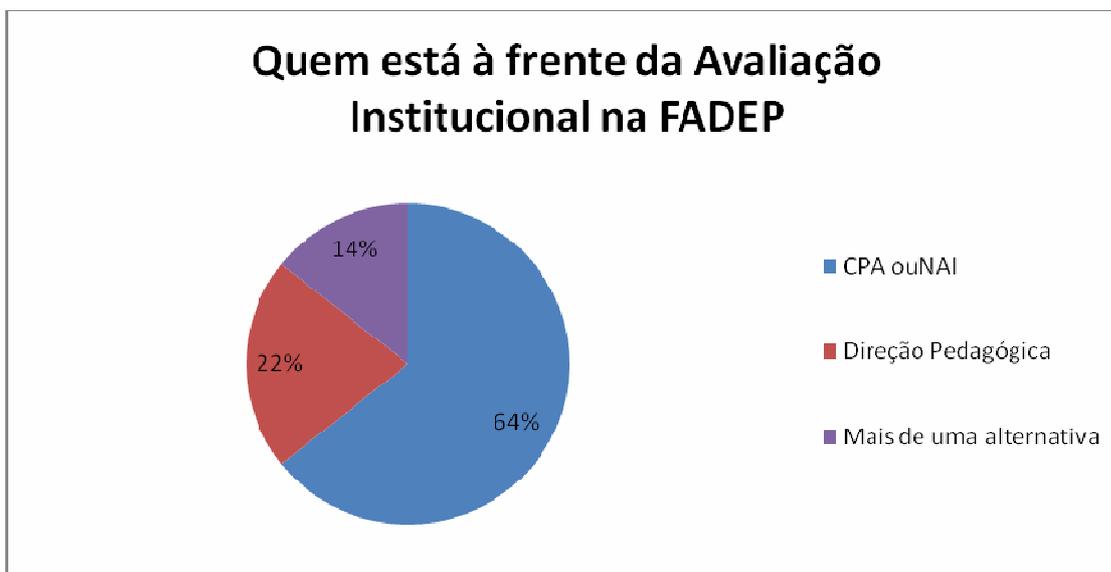
Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 7

Ressalta Ristoff (1995, p. 43-44) que:

O processo de avaliação não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Ao contrário, deve prestar-se para auxiliar na identificação e na formulação de políticas, ações e medidas institucionais que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para o aperfeiçoamento de insuficiências encontradas.

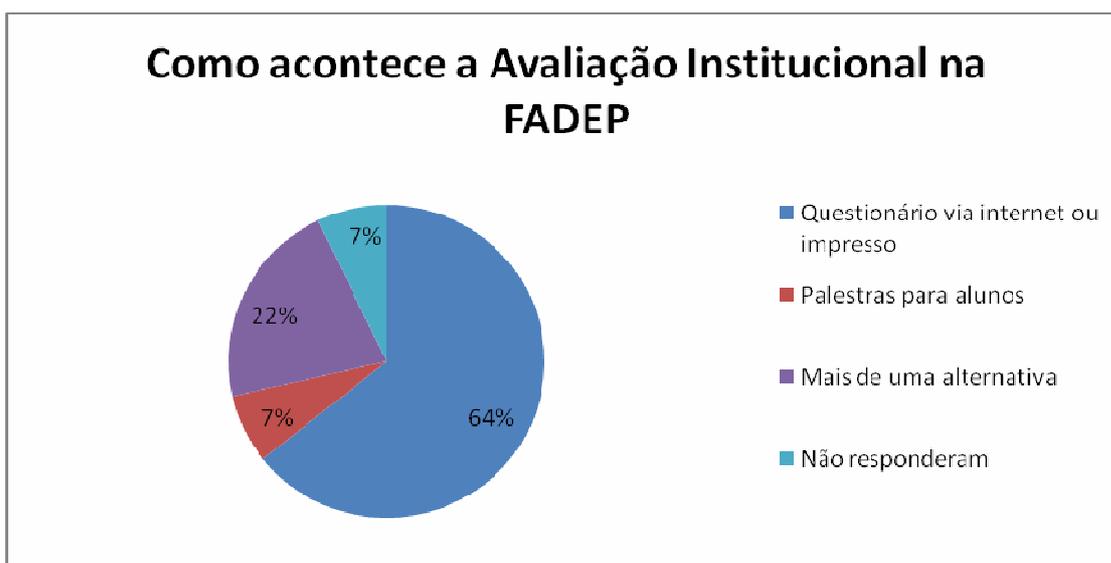
8) O conhecimento dos professores entrevistados a respeito da CPA (Comissão Própria de Avaliação) ou NAI (Núcleo de Avaliação Institucional): 64% dos professores, como mostra o gráfico 8, confirmaram que a CPA ou NAI é quem está à frente da avaliação institucional, relatando, assim, conhecimento sobre os trabalhos realizados pela CPA na instituição.



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 8

9) Sobre o processo de Avaliação Institucional da FADEP: 64% dos professores sabem que a avaliação institucional na FADEP acontece através de questionário, como mostra o gráfico 9.



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 9

10) Quanto se ocorre mudanças na FADEP provenientes da Avaliação Institucional: 79% dos professores, como mostra o gráfico 10, acreditam que ocorrem mudanças devido à avaliação institucional.



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 10

Nesse sentido, o CONAES aponta como objetivos da avaliação interna ou auto-avaliação,

produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar conta à sociedade (BRASIL/SINAES, 2004, p. 5-6).

11) A respeito de onde poderão ocorrer essas mudanças: 93% dos professores, como mostra o gráfico 11, confirmam que essas mudanças poderão ocorrer em todos os

setores da instituição.



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 11

O próprio projeto de avaliação institucional da FADEP (2006b, p. 7) mostra que:

O processo decorrente da Avaliação Institucional perpassa situações específicas de ampla pesquisa, mediante diagnóstico, buscando identificar quais são os problemas que a FADEP tem e quer resolver. Descobrir, conhecer, tentando refletir sobre a significação de tais problemas, ou seja, analisar por que determinadas situações se apresentam como elementos geradores de limites e dificuldades institucionais. Pesquisar sobre uma situação problemática requer atitudes de saber olhar, perceber, analisar uma dada realidade, delimitando indicadores necessários para superar os limites diagnosticados.

12) Quanto à sugestão dos professores entrevistados para a divulgação da Avaliação Institucional da FADEP: 50% dos professores, como mostra o gráfico 12, sugerem que a avaliação deve ser divulgada tanto em seminários que a instituição promove quanto em *banners*, no site da instituição e um professor mencionou nas semanas pedagógicas.

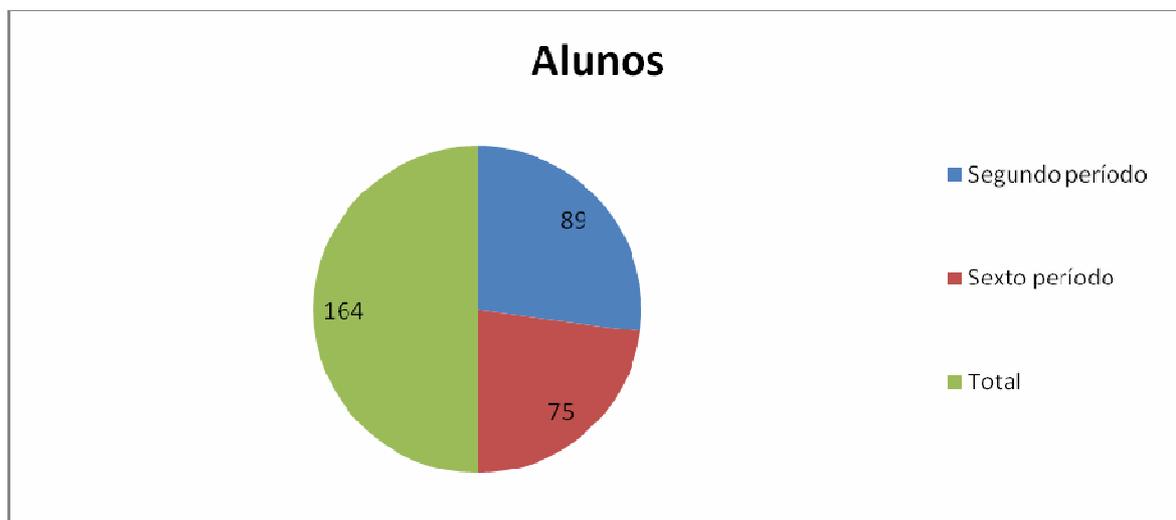


Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 12

3.4 A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DA FADEP ACERCA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

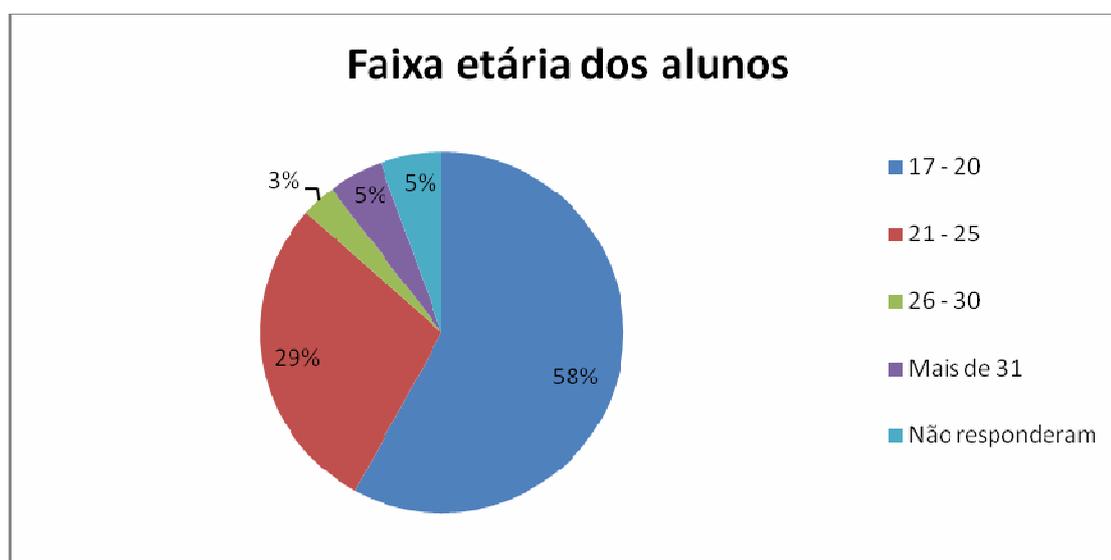
1) Quanto ao número de alunos que responderam o questionário dos alunos, foram 164 (cento e sessenta e quatro) no total, sendo que 89 (oitenta e nove) alunos são do segundo período e 75 (setenta e cinco) alunos são do sexto período, como mostra o gráfico 13.



Fonte: Pesquisadora

Gráfico 13

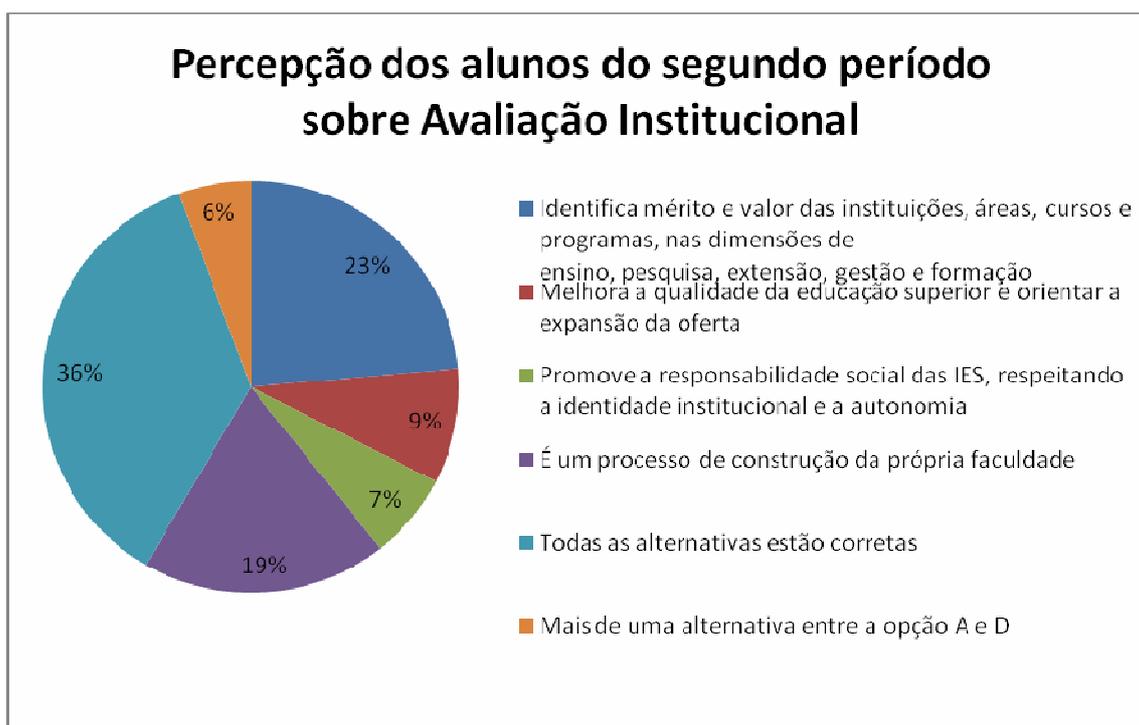
2) Quanto à faixa etária dos alunos, os quais responderam ao questionário destinado a eles: os dados obtidos com os alunos revelam que 58% deles têm entre 17 a 20 anos, como mostra o gráfico 14.



Fonte: Pesquisadora

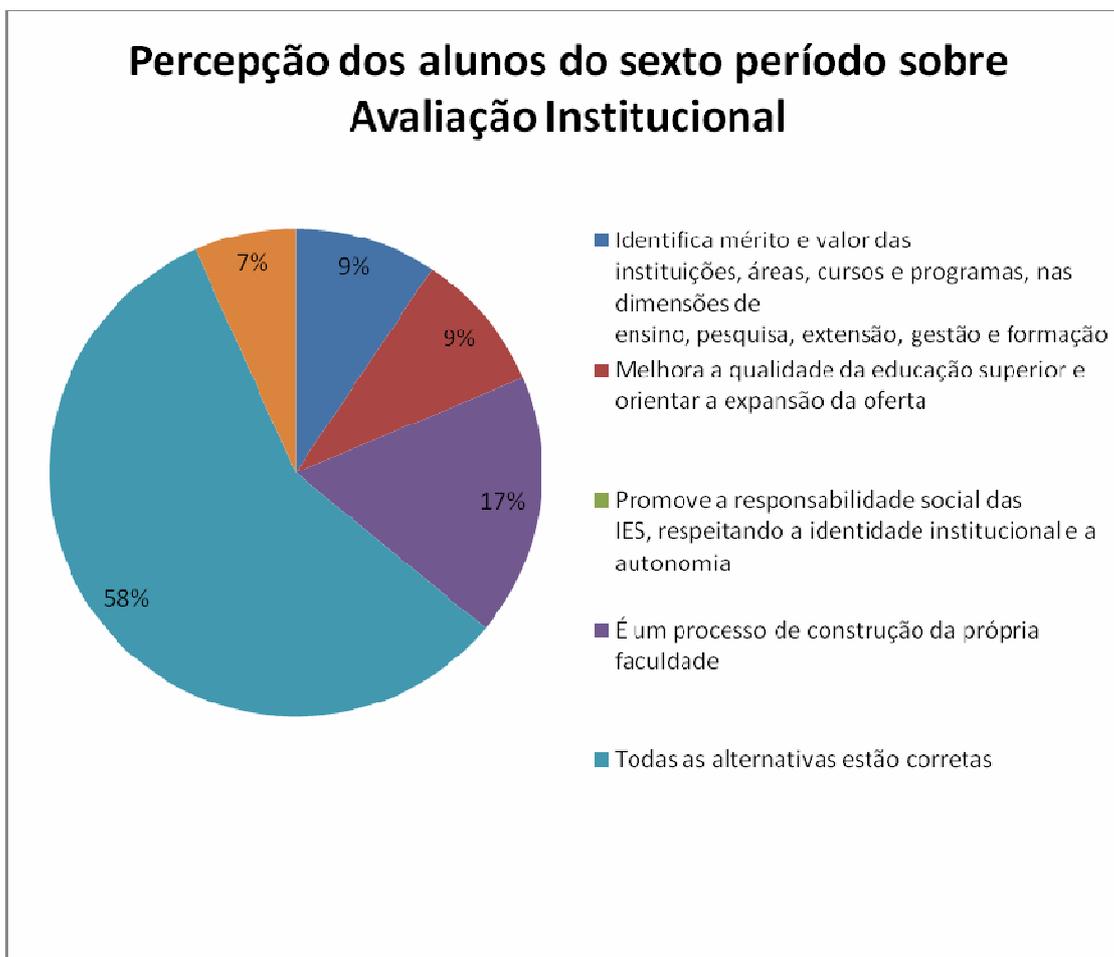
Gráfico 14

3) Quanto ao conhecimento a respeito do significado da Avaliação Institucional: os dados obtidos com o segundo e o sexto período mostram que os alunos comungam com a mesma visão a respeito da avaliação institucional, mas o sexto período demonstra mais conhecimento sobre o que significa avaliação institucional, sendo 57% dos alunos do sexto contra 36% do segundo período, como mostra os gráficos 15 e 16.



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 15



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 16

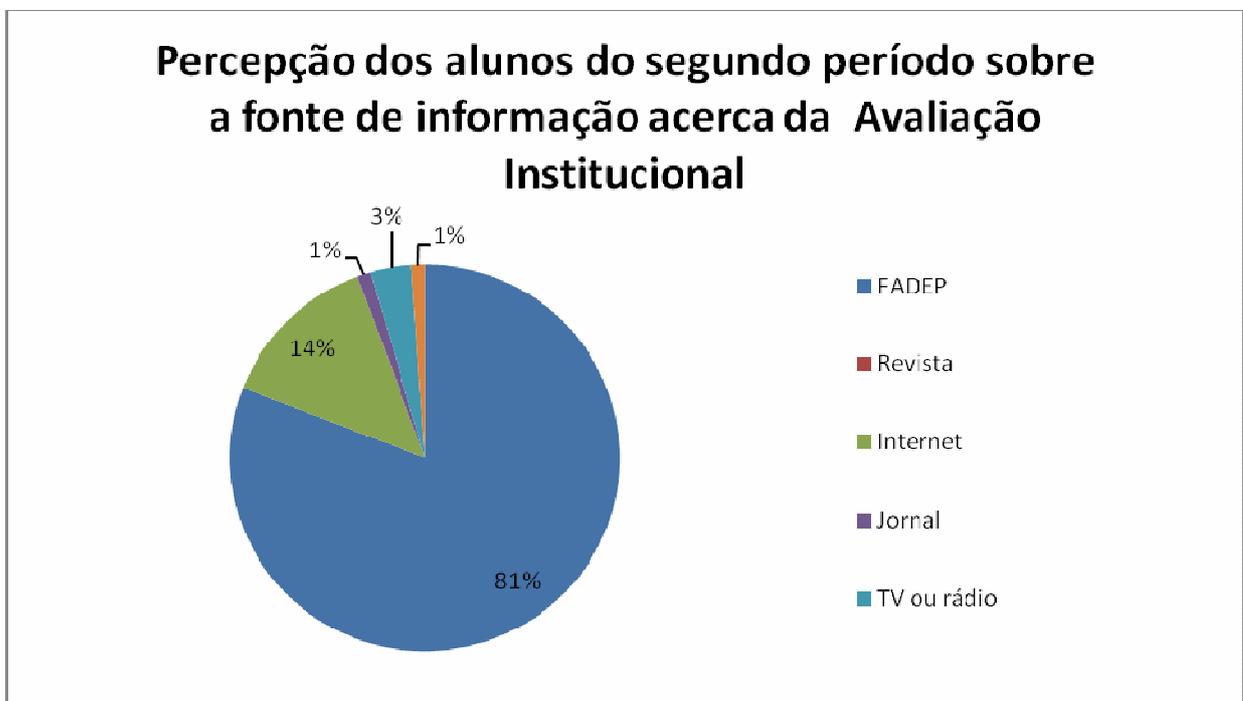
Acredita-se que os alunos do sexto período, conforme o gráfico 16, obtiveram êxito nessa questão devido a maior contato com o assunto em questão, pois já passaram por várias avaliações institucionais, diferente dos alunos do segundo período. Mas, observa-se que o assunto deverá ser mais bem explicitado para ambos, pois os alunos devem ter consciência e conhecimento sobre avaliação institucional para que esta tenha credibilidade.

Conforme Amorim (1992, p.139):

A avaliação quando ocorrida num ambiente condicionado pela compreensão mútua e o respeito de todos aos participantes e ao processo avaliativo, tem

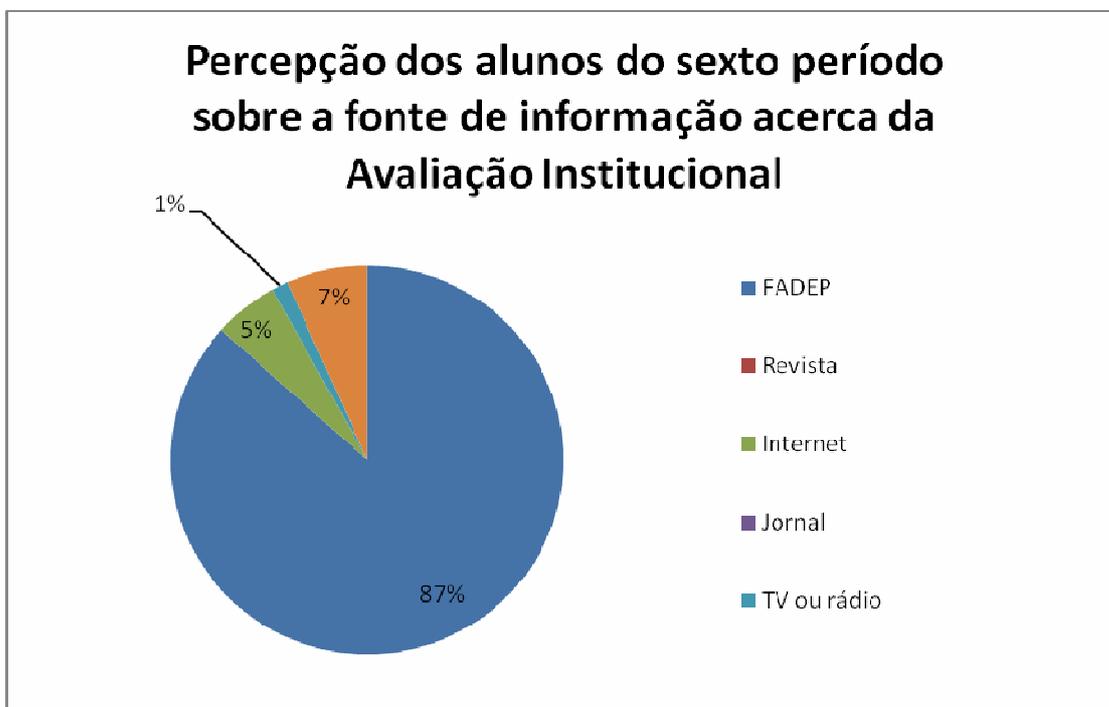
todas as possibilidades de revelar à comunidade universitária e social os acertos e dificuldades vivenciadas por esta instituição no cumprimento de suas tarefas educadoras.

4) Sobre a fonte de informação que os alunos têm a respeito da Avaliação Institucional: observamos que, tanto o segundo período com 81% e o sexto período com 87% têm como fonte de informação sobre avaliação institucional a FADEP, como mostra o gráfico 17 e 18.



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 17



Fonte: Pesquisadora.

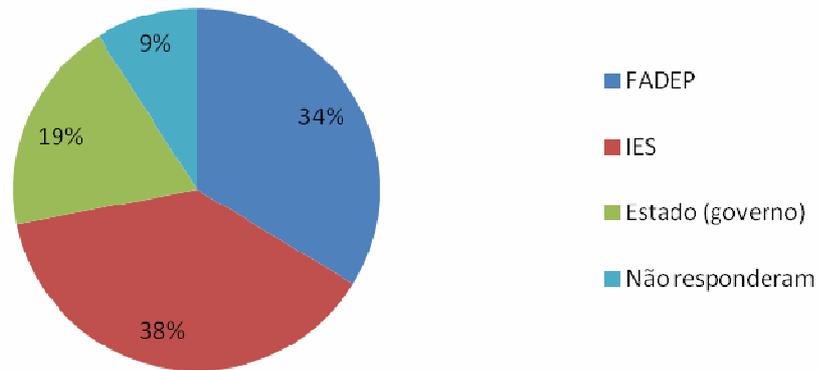
Gráfico 18

Segundo o regulamento da CPA da FADEP, artigo 6º, “São atribuições do Coordenador da Comissão Própria de Avaliação:

III. programar e estabelecer os contatos necessários com as instâncias acadêmicas e administrativas da Instituição, no que se refere aos procedimentos de avaliação interna, sua divulgação e utilização”.

5) Quanto ao conhecimento a respeito de quem instituiu a Avaliação Institucional: os alunos acreditam que é uma política das IES ou da FADEP, como mostram os gráficos 19 e 20, apresentando, assim, que a maioria dos alunos acredita que é algo da própria instituição e não de um órgão maior do Estado (governo).

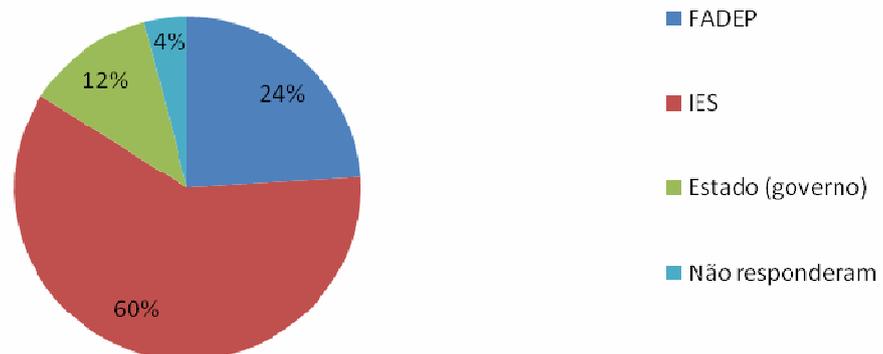
Percepção dos alunos do segundo período sobre quem instituiu a Avaliação Institucional



Fonte: Pesquisadora.

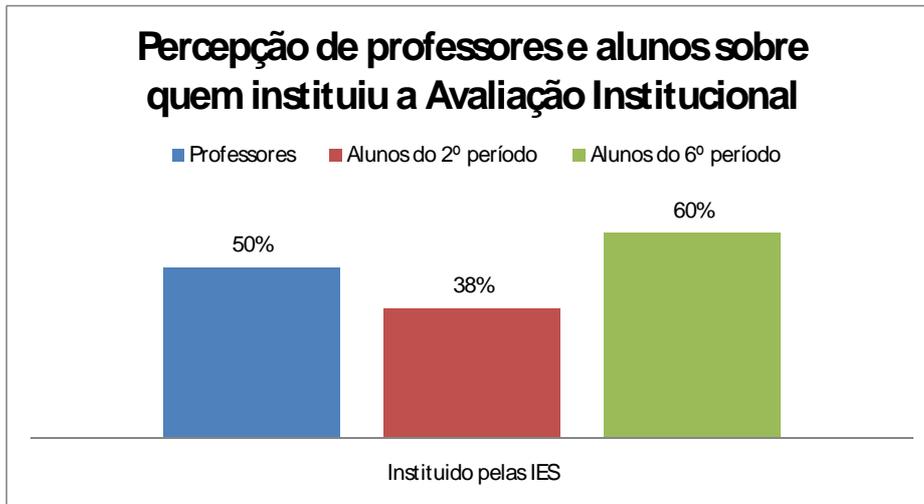
Gráfico 19

Percepção dos alunos do sexto período sobre quem instituiu a Avaliação Institucional



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 20

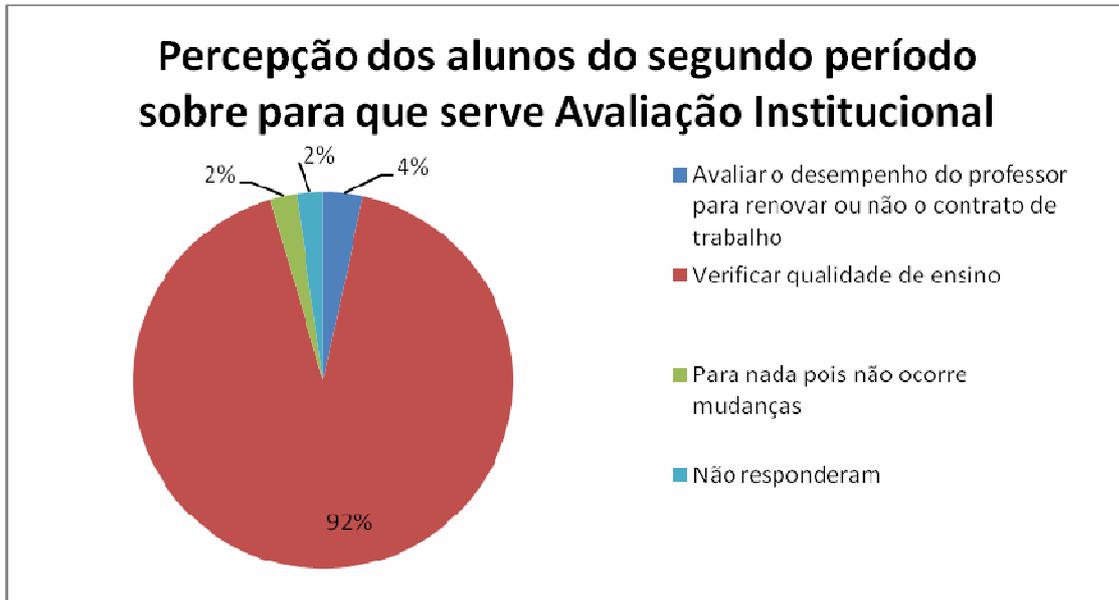


Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 21

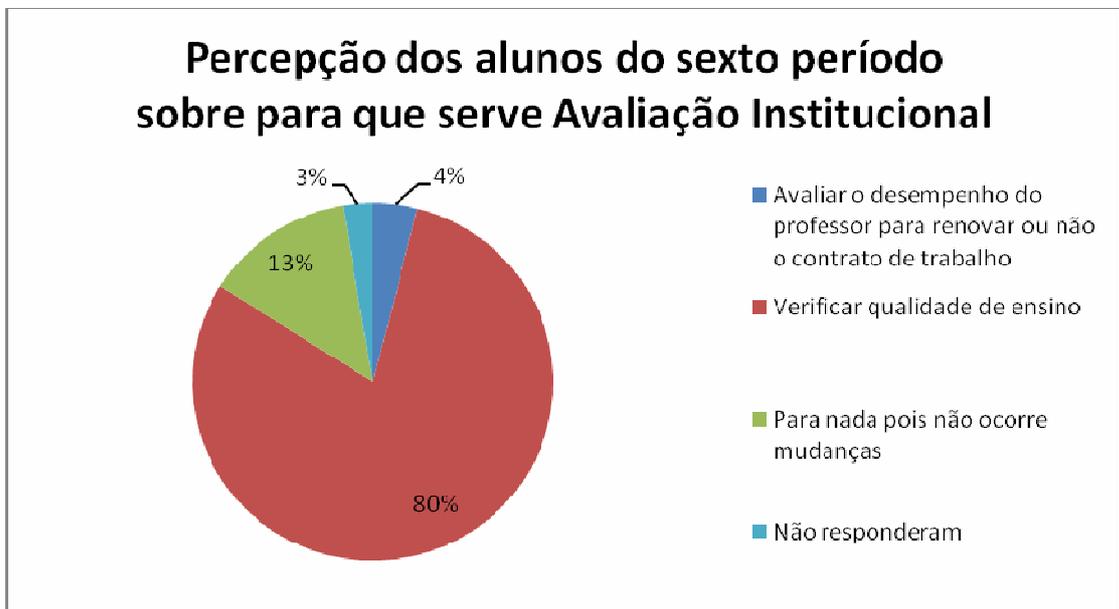
Segundo Dias Sobrinho e Ristoff (2002, p. 39) “avaliação é um fenômeno essencialmente complexo e permanece incompreensível ou até mesmo se torna deturpado se sobre ele lançamos uma visão simplificadora”.

6) Sobre o conhecimento a respeito para que serve a Avaliação Institucional: 92% dos alunos do segundo período e 80% do sexto período confirmam que a avaliação institucional serve para verificar a qualidade do ensino, como mostram os gráficos 22 e 23.



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 22



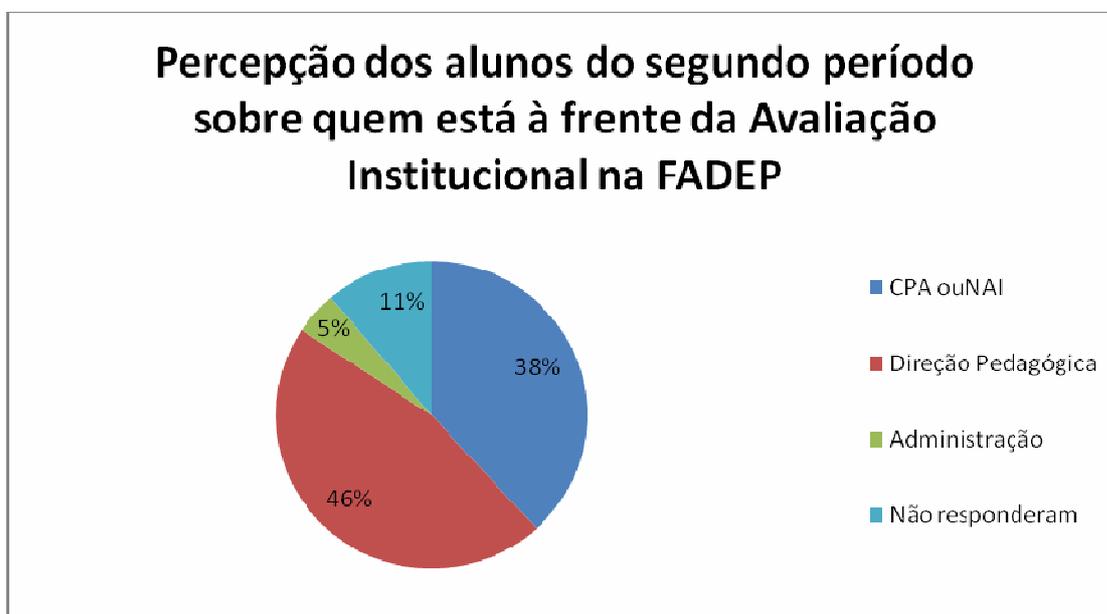
Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 23

Vale ressaltar que 13% dos alunos do sexto período não observam mudanças na instituição devido à avaliação, acreditando que ela não serve para nada.

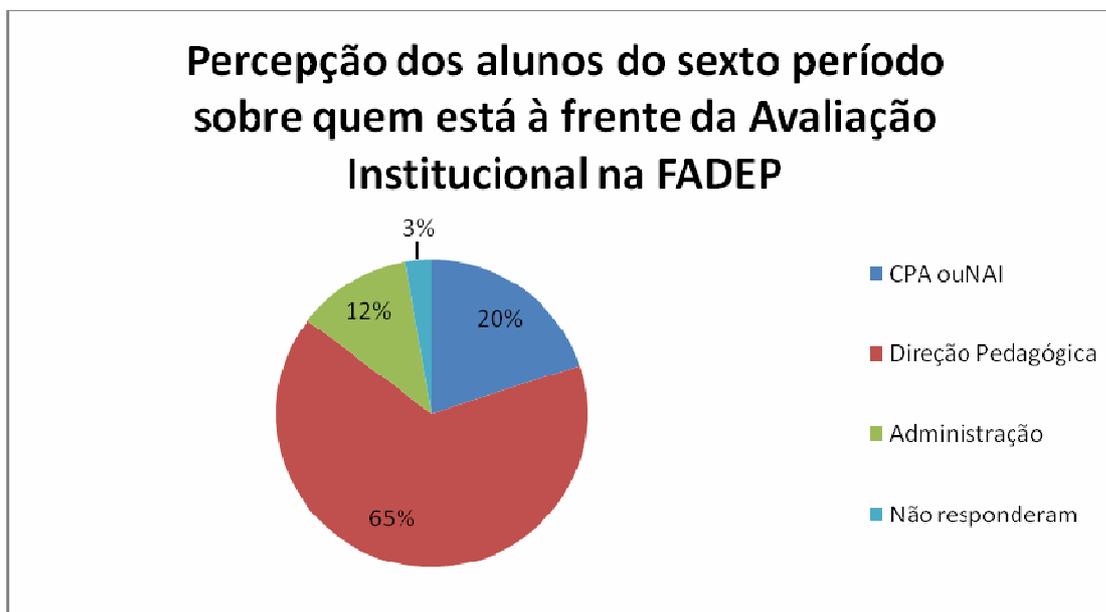
A auto-avaliação oferece pistas sobre o que funciona e precisa ser melhorado e do que deixa de funcionar e precisa ser modificado. Por seus resultados, constitui-se em condição para a melhoria contínua e renovação institucional, para o *marketing* institucional, para a construção da credibilidade social, para a construção de uma cultura de valorização das práticas educacionais, ações e experiências positivas, dentre outros aspectos que permitem garantir melhor cumprimento das responsabilidades de qualidade educacional.

7) Quanto à percepção dos alunos a respeito da CPA: os dados obtidos sobre quem está à frente na avaliação institucional revelam que a maioria dos alunos, (46%) do segundo período, e (65%) do sexto período, acreditam que é a direção pedagógica, como mostram os gráficos 24 e 25.



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 24



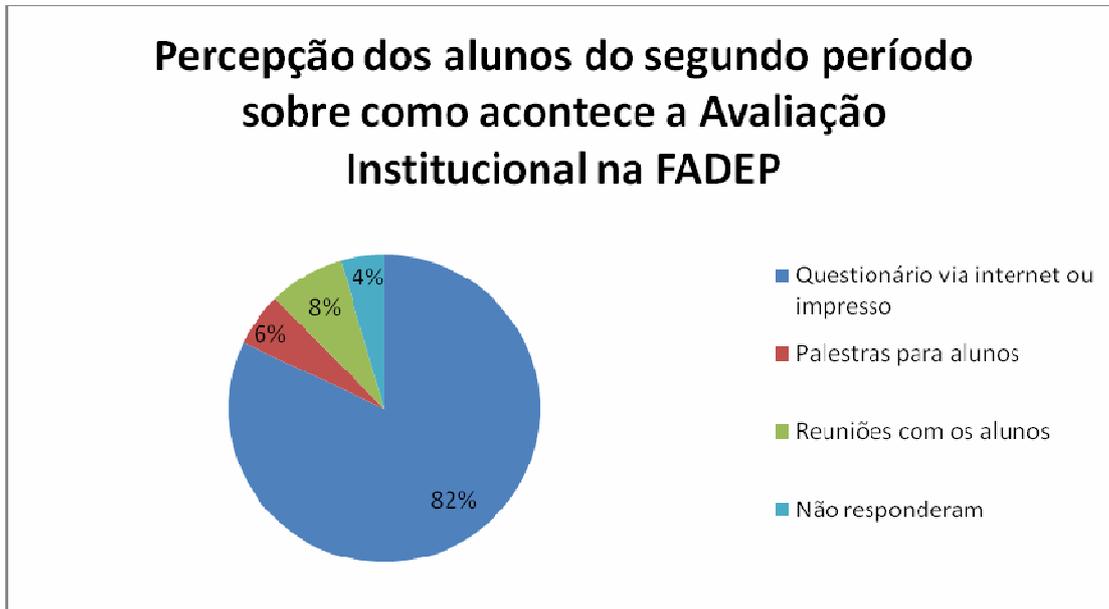
Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 25

Segundo Bertelli (2005, p. 23), a avaliação institucional com os alunos da FADEP teve seu início “ainda em 2001, com a intervenção dos acadêmicos, a partir de reuniões com a Direção Geral, Direção Pedagógica e coordenações de cursos”.

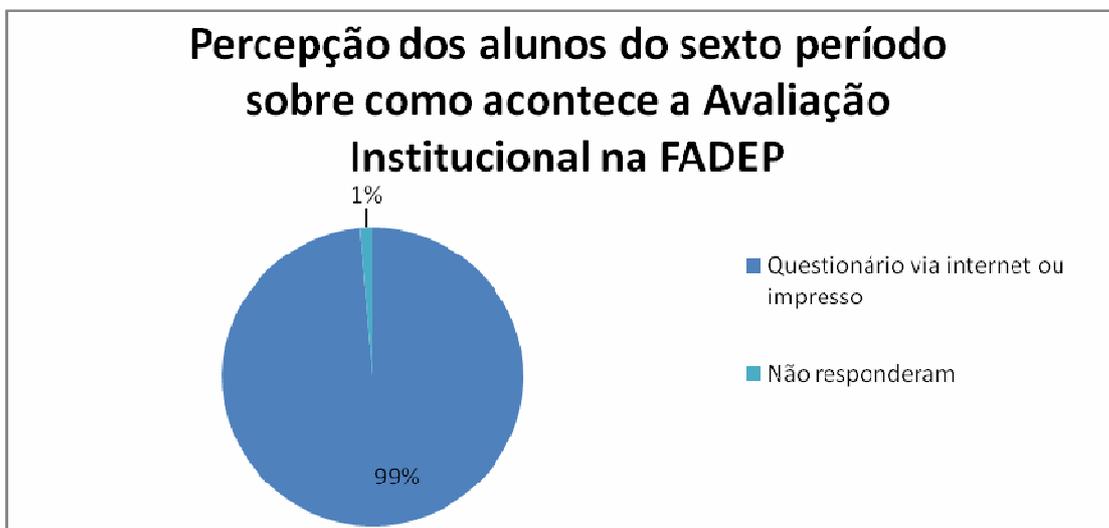
Notamos que os alunos do sexto período, o qual já tem um histórico de avaliação institucional realizada na mesma, ainda 65% dos alunos entrevistados desconhecem o trabalho da CPA.

8) Referente ao conhecimento a respeito da Avaliação Institucional da FADEP: como mostram os gráficos 26 e 27, a grande maioria sabe que a avaliação institucional na FADEP ocorre através de questionário via internet ou impresso.



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 26



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 27

Segundo Bertelli, os alunos e professores da instituição cada vez mais estão participando da construção de uma FADEP cada vez melhor. Assim,

o conhecimento construído ao longo da experiência do processo de avaliação permitiu o aperfeiçoamento do projeto em processo, realizando-se a meta-avaliação. Nesse sentido, foram aperfeiçoados os procedimentos e os instrumentos avaliativos, contribuindo para o aprimoramento dos pressupostos conceituais e metodológicos na construção coletiva e continuada do projeto de avaliação institucional. O projeto, enquanto processo de conhecimento da realidade institucional, está sempre em movimento, em constante aprimoramento (2005, p. 30 – 31).

9) Quanto se ocorre mudanças na FADEP provenientes da Avaliação Institucional: 77% dos alunos do segundo período relataram que ocorrem mudanças devido à avaliação institucional, e 51% do sexto período também acreditam que ocorrem mudanças, mas vale também relatar que 49% dos alunos do sexto período acham que não ocorrem mudanças, como mostram os gráficos 28 e 29.



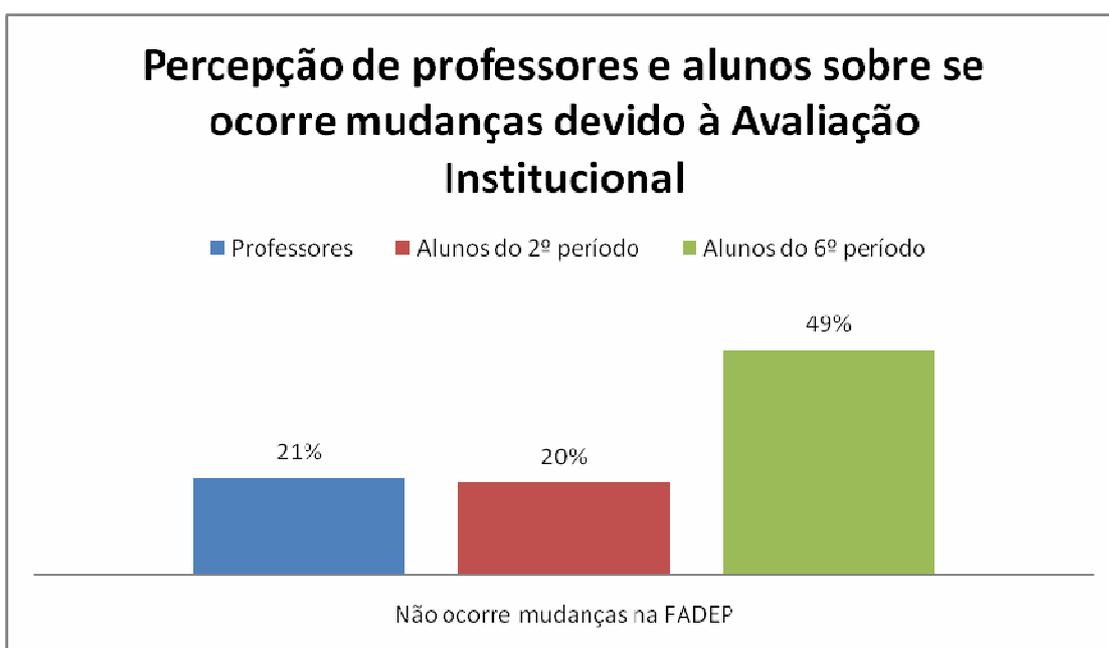
Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 28



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 29



Fonte: Pesquisadora.

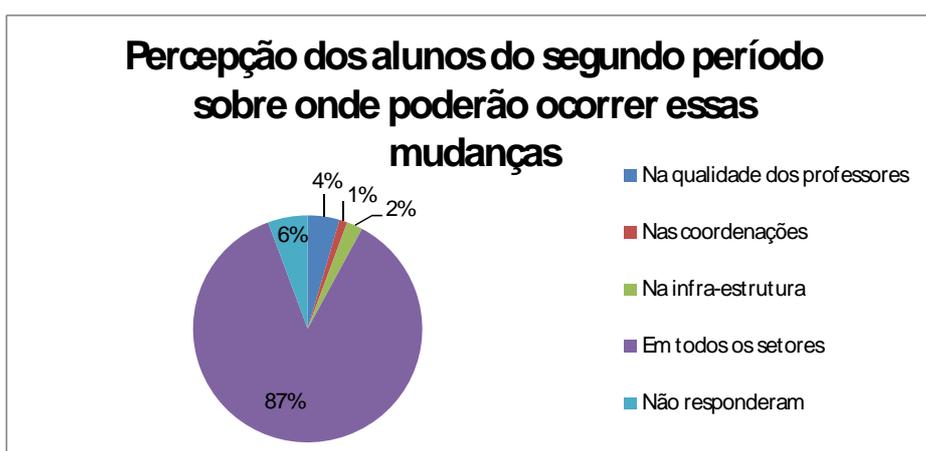
Gráfico 30

Acredita-se que esse resultado pode ser devido à trajetória da avaliação institucional da FADEP ainda ser muito jovem, porque “nada permanece igual e indiferente após uma avaliação” (DIAS SOBRINHO; RISTOFF, 2002, p. 39), ou as

mudanças ainda estão sendo estruturadas, ou analisadas, pois derrepente nem tudo podem ser resolvidos de imediato, ou em última opção as mudanças solicitadas não ocorrem mesmo, o que acredita-se ser difícil.

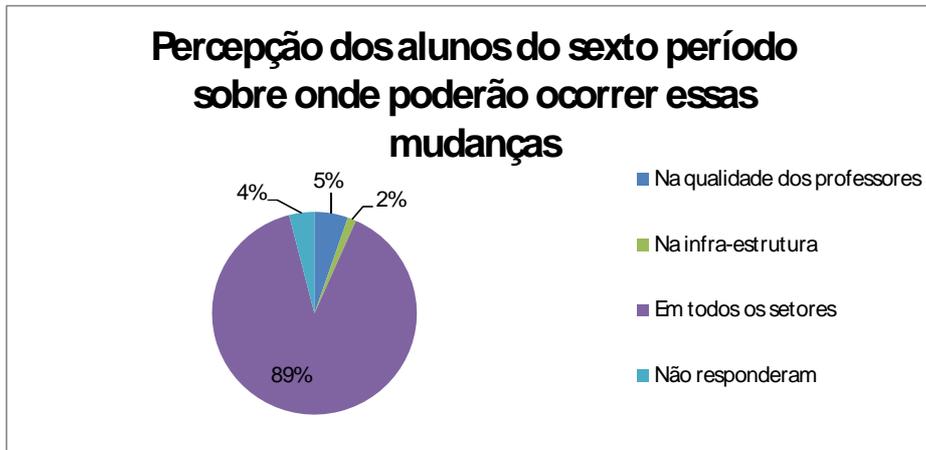
Marback Neto (2005, p. 288 – 289) relata que “a avaliação é um processo que não pode resolver, imediatamente, os problemas macroestruturais, embora possa contribuir para mostrar essa perspectiva”.

10) Quanto à percepção dos alunos entrevistados sobre onde poderão ocorrer essas mudanças: os dados mostram que os alunos comungam que as mudanças poderão ocorrer em todos os setores da instituição, como mostram os gráficos 31 e 32.



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 31



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 32

Bertelli (2005, p. 22) relata que “a importância da participação na avaliação se encontra na tentativa de através da avaliação democrática do processo como um todo, buscar a melhoria da instituição educacional”.

11) Quanto ao incentivo e comentário dos professores junto aos alunos a respeito da Avaliação Institucional: os dados obtidos revelam que os professores incentivam os alunos a fazer a avaliação institucional, como mostram os gráficos 33 e 34.



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 33



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 34

Segundo Bertelli (2004, p. 72), “a base do programa de avaliação é sua aceitação pelo corpo docente, a qual se alicerça na confiança que têm os professores

na integridade do programa, que, por sua vez, depende da participação ativa dos professores no seu desenvolvimento”.

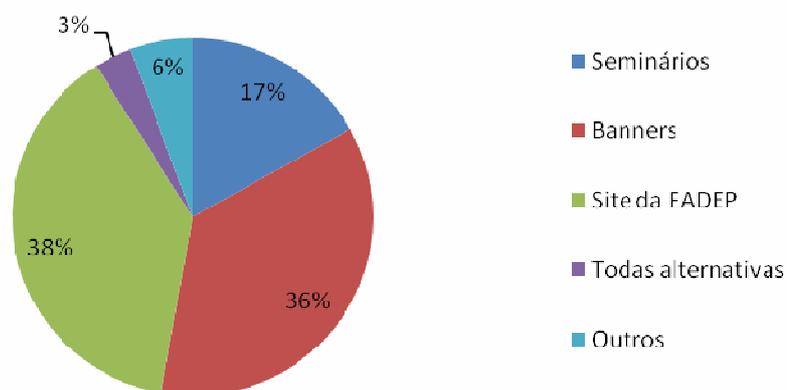
Nesse sentido, Bertelli (2005, p. 30) ainda relata que “a participação da comunidade acadêmica valorizou significativamente o processo de avaliação interna e conseqüentemente a auto-avaliação na instituição, tendo presente às observações e indicações dos avaliadores externos”.

Cabe ressaltar que o projeto de avaliação institucional da FADEP é pautado no princípio da participação, envolvendo os alunos de forma a comprometê-los, com intuito de aperfeiçoar o processo, na medida em que eles atuem como partícipes no processo de desenvolvimento institucional.

“A avaliação participativa produz conhecimento sobre a instituição e suas relações, uma forma de conhecimento social por todos produzido e em permanente reconstrução” (LEITE, 2005, p. 122).

12) Quanto às sugestões dos alunos entrevistados para a divulgação da Avaliação Institucional na FADEP: os alunos do segundo e sexto período, como mostram os gráficos 35 e 36, comungam que deveriam ter *banners* explicativos na instituição e no site da FADEP com informações referentes à avaliação institucional. Os alunos relatam, ainda, que poderia ter mais explicações em forma de palestras, em panfletos, jornal e rádio da FADEP.

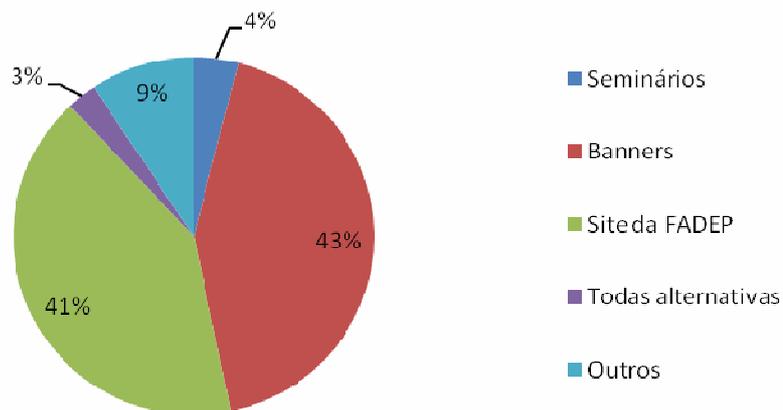
Sugestões dos alunos do segundo período para a divulgação da Avaliação Institucional



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 35

Sugestão dos alunos do sexto período para a divulgação da Avaliação Institucional



Fonte: Pesquisadora.

Gráfico 36

Na análise dos dados obtidos, observa-se que 14 (quatorze) professores responderam ao questionário, sendo seis do curso de fisioterapia, cinco do de enfermagem, um do de nutrição e dois não identificaram o curso da área de saúde em que atuam. Cinco professores têm entre 0 (zero) a 2 (dois) anos de docência, quatro professores têm entre 3 (três) a 5 (cinco) anos, três professores tem entre 6 (seis) e 10 (dez) anos e dois professores têm mais de 11 (onze) anos de docência. Sobre a formação acadêmica, 43% são pós-graduados e 36% são mestres.

Em relação aos alunos, 164 (cento e sessenta e quatro) foi o universo de alunos que responderam ao questionário. Os alunos foram separados pelos períodos em que se encontram, sendo entrevistados os alunos do segundo e sexto período do curso da fisioterapia, enfermagem e nutrição. Sendo que 58% dos alunos entrevistados têm entre dezessete e vinte anos, perfazendo a maioria.

Dos professores pesquisados, 93% confirmam os objetivos da avaliação institucional, bem como, a maioria dos alunos também confirma. E 79% dos professores relatam que têm como fonte sobre avaliação institucional a FADEP, assim como os alunos.

Quando falamos sobre a autoria da avaliação institucional, 50% dos professores acreditam que é algo instituído pelas IES e os alunos também acreditam que é algo das IES ou da FADEP, onde não condiz com a realidade. Observamos aqui a mesma leitura entre professor e aluno.

Sobre para que serve a avaliação institucional, a maioria dos professores e alunos comunga da alternativa que relata que ela serve para verificar a qualidade de ensino.

Para 64% dos professores, quem está à frente da avaliação institucional na FADEP é a CPA ou NAI. Já para a maioria dos alunos é a direção pedagógica, onde não condiz com a verdade.

Para a maioria dos professores e alunos, a avaliação institucional na FADEP acontece através de um questionário, onde condiz com a realidade.

A respeito se ocorrem mudanças na instituição devido à avaliação institucional,

79% dos professores acreditam que ocorrem mudanças, e 77% dos alunos do segundo período também, mas somente 51% dos alunos do sexto período acreditam que ocorrem.

Vale ressaltar que 49% dos alunos do sexto período acham que não muda nada com avaliação institucional. Pergunta-se, os alunos do sexto período acredita que não ocorre mudanças na instituição devido a avaliação institucional porque a instituição tem dado prioridade a outras mudanças no momento, e não as exigidas dos alunos? Ou as mudanças estão ocorrendo a passos lentos? Ou devido à instituição ainda ser muito jovem as mudanças está demorando a ocorrer? Ou a avaliação não está ocorrendo de forma eficiente na instituição?

Na questão referente onde poderão ocorrer as mudanças na instituição devido à avaliação institucional, os professores e os alunos comungam que podem ocorrer em todos os setores da instituição.

Os alunos confirmaram que os professores incentivam a prática da avaliação institucional.

Em relação à sugestão para a divulgação da avaliação institucional da FADEP, os dados obtidos com os professores e alunos foram que poderá ser em *banners*, no *site* da FADEP, bem como no rádio da instituição, jornal, panfletos, palestras e seminários.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo buscou-se pesquisar as políticas públicas de avaliação institucional do ensino superior, especificamente, investigando o caso da Faculdade de Pato Branco (FADEP). Na pesquisa buscou-se identificar qual é a percepção que alunos e professores dos cursos de fisioterapia, nutrição e enfermagem dessa instituição têm em relação à avaliação institucional.

A análise dos dados mostra que os entrevistados têm uma boa percepção sobre o assunto (avaliação institucional), a maioria tem conhecimento sobre seus objetivos, confirmam que a fonte de informação sobre avaliação institucional é a própria FADEP, bem como conhece como ela é realizada na instituição e admite que pode gerar mudanças em todos os setores da instituição.

Mas, vale destacar que, a maioria dos professores e dos alunos, acredita que a avaliação institucional é algo instituído pelas Instituições de Ensino Superior, que não condiz com a realidade, mostrando, assim, que o assunto dever ser mais bem explicitado. Deve-se comentar que os alunos crêem que a direção pedagógica é o órgão à frente da avaliação institucional, o que configura falta de conhecimento a respeito da CPA ou NAI, como é caracterizado na instituição.

Ressalta-se ainda que 49% dos alunos do sexto período acreditam que não ocorrem mudanças na instituição devido à avaliação institucional, frente a essa questão pergunta-se, não ocorre porque a instituição tem dado prioridade a outras mudanças no momento, e não as exigidas pelos alunos? Ou as mudanças estão ocorrendo a passos lentos? Ou devido à instituição ainda ser muito jovem as mudanças está demorando a ocorrer? Ou a avaliação não está ocorrendo de forma eficiente na instituição?

Vale ressaltar também que o campo pesquisado fazer parte do ambiente de trabalho da pesquisadora o que acarreta limitações na análise dos dados.

Em síntese, observa-se que a avaliação institucional eficaz deve ser desenvolvida como um programa, um esforço contínuo, pelo qual toda a equipe da

Instituição de Ensino Superior é envolvida de forma cooperativa na obtenção de dados e informações sobre os seus processos e desempenho, de modo a, a partir desse trabalho, identificar objetivamente aspectos em que esforços especiais precisam ser dedicados para a sua melhoria. Trata-se, portanto, de um trabalho de acompanhamento e reflexão contínuos sobre o próprio trabalho, que corresponde a uma ação de acompanhamento.

A avaliação institucional eficaz é realizada de maneira cordial e receptiva às idéias de todos os atores envolvidos no seu processo, por isso todos devem conhecer bem o assunto em questão para o trabalho desenvolvido ter credibilidade.

O trabalho da avaliação institucional deve ser abrangente, envolvendo todas as áreas de atuação da Instituição de Ensino Superior, mas é possível desenvolver essa perspectiva global gradativamente. Observa-se isso na instituição estudada, onde seu processo de avaliação ainda é jovem, mas é bem estruturada, pois, como supra mencionado, a maioria dos entrevistados tem uma boa percepção sobre a avaliação institucional, mas dados obtidos mostram que o assunto ainda precisa ser melhor explicitado.

A avaliação institucional é de real importância para o desenvolvimento do trabalho realizado nas instituições, e deve ser feita com muita responsabilidade e persistência para que se possam obter evidências sobre a qualidade dos trabalhos oferecidos, para tanto novos estudos devem ser realizados.

Assim, compreende-se que este assunto não se esgota aqui, fecha-se este trabalho de pesquisa com o desejo de que este venha ser um instrumento motivador para novas pesquisas, e que estas possam ser realizadas com objetivos de aprofundar ainda mais o assunto.

Ademais, merece destaque a insistência sobre o assunto e a necessidade do comprometimento coletivo dos membros das instituições como uma condição para que os resultados de qualquer processo de avaliação possam alimentar a tomada de decisões e não possam representar, somente, o cumprimento de apenas uma

formalidade burocrática.

Fica como sugestão para a CPA da instituição hora citada que divulgue mais o assunto avaliação institucional bem como sua importância entre professores e alunos, através de instrumentos como palestras, seminários, murais, no rádio e *site* da instituição, *banners* e etc.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. **Avaliação Institucional da Universidade**. São Paulo, Cortez, 1992. (Biblioteca da Educação – Séria 1 – Escola – vol.16)

BARBOSA, Eduardo Fernandes. **Instrumentos de coleta de dados em pesquisa**. Belo Horizonte: CEFET – MG, 1999. Disponível em: <http://www.sit.com.br/SeparataENS0019.htm>. Acesso em: 01 de dez. de 2007.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Avaliação participativa de programas sociais**. São Paulo: Veras, 2000.

BERTELLI, Eliseu Miguel. **Avaliação Institucional: a trajetória da Faculdade de Pato Branco – FADEP**; orientadora, Ana Maria Eyng. Dissertação - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2004.

_____. A melhoria da qualidade institucional como resultado do processo avaliação. **Revista IN PAUTA – Interdisciplinaridade e Pensamento Científico/ Faculdade de Pato Branco – FADEP**. V. 3, nº.1, (jan./jun de 2005. Pato Branco: FADEP, 2005.

BONETI, Lindomar W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Unijuí, 2006.

BRASIL. **Bases para uma nova proposta de Avaliação da Educação Superior**. Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES. 2003.

_____. **Constituição de 1988**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. Ministério da Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. E suas ementas.

_____. **Lei de Diretrizes e Base nº 9.394/96**. 1996.

_____. **Lei 9131, de 24 de novembro de 1995**. 1995.

_____. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.** Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Brasília: MEC.

_____. **SINAES. Lei 10 864.** Brasília: MEC, 2004.

_____. **Comissão Especial de Avaliação.** Brasília: MEC, 2003.

_____. MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 26 de mai. de 2006.

_____. **Publicações.** MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Brasília, 26 de agosto de 2004. Disponível em: <http://www.paii.ufsc.br/publicacoes.php?id=21>. Acesso em: 10 de dez. de 2007.

_____. **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB.** Lei 2026/93, Brasília: MEC.

BUARQUE, C. **A aventura da Universidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Buscando um Conceito de Políticas para a Concretização dos Direitos Humanos.** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/politicapublica/mariadallari.htm>. Acesso em: 25 mar. de 2008.

DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa** / Pedro Demo. 6ª ed. - Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; 25)

_____. **Política social, educação e cidadania.** São Paulo: Papyrus, 1994.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da**

Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Universidade e Avaliação: entre a ética e o mercado.** Florianópolis: Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, José e RISTOFF, Dilvo I (orgs). **Avaliação e Compromisso Público: a Educação Superior em Debate.** Florianópolis: Insular, 2003.

_____. **Avaliação Democrática: para uma universidade cidadã.** Florianópolis: Insular, 2002.

DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. **A Política de Avaliação da Educação Superior no Brasil em Questão.** Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/24/T0598433752239.DOC. Acesso em: 12 de mai. de 2007.

EYNG, Ana Maria. A Avaliação como Estratégia na Construção da Identidade Institucional. **Avaliação – Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior - RAIES.** V. 9, n. 3, set. 2004.

FADEP – Faculdade de Pato Branco. **Projeto Pedagógico Institucional (PPI).** Pato Branco: FADEP, 2006a.

_____. **Projeto de Avaliação Institucional da Faculdade de Pato Branco – FADEP 2006/2007.** Pato Branco: FADEP, 2006b.

_____. **Auto – Avaliação Institucional em Prática: o caso da Fadep.** Pato Branco: FADEP, 2006c.

_____. **CADERNO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA FADEP nº 1. Relatório de Auto-avaliação Institucional 2000 -2005.** Pato Branco: FADEP, 2007a.

_____. **A Instituição.** Disponível em <http://www.fadep.br/instituicao.asp>. Acesso em: 20 de nov. de 2007b.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GISI, Maria Lourdes. Políticas Educacionais para a Educação Superior: Acesso, permanência e formação. **Revista Diálogo Educacional/ Pontifícia Universidade Católica do Paraná**. V.4, n.11. Curitiba: Champagnat, 2000.

GUIMARÃES, Maria Helena de Oliveira,1952. **Avaliação**: impactos sobre o ensino superior. Belo Horizonte: Arte, 2003.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias**: avaliação institucional participativa. Petrópolis: Vozes, 2005.

LUDCKE, M. ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagem qualitativa. São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, D. M. **Exame Nacional de Cursos – O Provão**: Uma avaliação para melhorar ou excluir? Avaliação – Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, v.8, nº 1, mar.2003.

MARBACK, Guilherme Neto. A gestão do ensino superior em xeque. **Revista Diálogo Educacional/ Pontifícia Universidade Católica do Paraná**. – v. 5, n. 16 (set./dez. 2005) – Curitiba: Champagnat.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). **Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior**. Brasília: MEC, 2003.

RIBEIRO, Marlene. **Educação para a cidadania**: questão colocada pelos movimentos sociais. Revista: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, p.113-128, jul/dez. 2002.

RISTOFF, Dilvo I. Avaliação Institucional: pensando princípios. In: BALZAN, N. C. & DIAS SOBRINHO (Orgs.). **Avaliação Institucional**: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995, p. 37-51.

RISTOFF, Dilvo e SEVEGNANI, Palmira. **Educação Superior em Debate**: Universidade e Compromisso Social. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, v. 4, 2006.

ROMANELLI, O. de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 6ª ed. - São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. 5ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SILVA, Daniel Nascimento. **Políticas Públicas para a Área de Logística dos Órgãos do Governo do Estado do Pará**. Disponível em: www.sead.pa.gov.br/docs/PoliticaLogistica.doc. Acesso em: 25 de mar. de 2008.

SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1988.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANNA, Heraldo Marelím, 1927- **Introdução à avaliação educacional** / Heraldo Marelím Vianna. São Paulo: IBRASA, 1989.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS

Alunos da FADEP

Curso:

Período:

Idade:

1. Para você Avaliação Institucional?

A () Identifica mérito e valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação;

B () Melhora a qualidade da educação superior e orienta a expansão da oferta;

C () Promove a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia.

D () É um processo de construção da própria faculdade

E () Todas as alternativas estão corretas

2. Qual a fonte de informação sobre o assunto que você conhece ou ouviu falar.

A () FADEP

B () Revista

C () *Internet*

D () Jornais

E () TV ou rádio

3. Avaliação Institucional é algo instituído (gerado) por quem?

A () FADEP

B () IES (Instituição de Ensino Superior)

C () Estado (governo)

4. Para que serve a Avaliação Institucional?

A () Avaliar o desempenho dos professores para renovar ou não o contrato de trabalho

B () Verificar qualidade do ensino

C () Para nada, pois não ocorrem mudanças

5. Quem esta à frente da Avaliação Institucional na FADEP?

A () CPA ou NAI

B () Direção Pedagógica

C () Administração

6. Como acontece a Avaliação Institucional na FADEP?

A () Questionário via *internet* ou impresso

B () Palestras para alunos

C () Reuniões com os alunos

7. Você Acha que ocorrem mudanças na instituição devido a Avaliação Institucional?

() Sim

() Não

8. Onde poderão ocorrer essas mudanças?

A () Na qualidade dos professores

B () Nas coordenações

C () Na infra-estrutura

D () Em todos os setores

9. Os professores incentivam os alunos a fazer a Avaliação Institucional?

() Sim

() Não

10. Sugestões para a divulgação da Avaliação Institucional na FADEP:

A () Seminários

B () *Banners*

C () *Site* da FADEP (*internet*)

D () outros, quais? _____

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES

Professores da FADEP

Cargo / Função:

Graduação:

Especialização:

Mestrado:

Doutorado:

Tempo de experiência Profissional na docência: _____ anos

1. Você sabe o que é Avaliação Institucional?

A () Identifica mérito e valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação;

B () Melhora a qualidade da educação superior e orienta a expansão da oferta;

C () Promove a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia.

D () É um processo de construção da própria faculdade

E () Todas as alternativas estão corretas

2. Qual a fonte de informação sobre o assunto que você conhece ou ouviu falar.

A () FADEP

B () Revista

C () *Internet*

D () Jornais

E () TV ou rádio

3. Avaliação Institucional é algo instituído (gerado) por quem?

A () FADEP

B () IES (Instituição de Ensino Superior)

C () Estado (governo)

4. Para que serve a Avaliação Institucional?

A () Avaliar o desempenho dos professores para renovar ou não o contrato de trabalho

B () Verificar qualidade do ensino

C () Para nada, pois não ocorrem mudanças

5. Quem esta à frente da Avaliação Institucional na FADEP?

A () CPA ou NAI

B () Direção Pedagógica

C () Administração

6. Como acontece a Avaliação Institucional na FADEP?

A () Questionário via *internet* ou impresso

B () Palestras para alunos

C () Reuniões com os alunos

7. Você Acha que ocorrem mudanças na instituição devido à Avaliação Institucional?

() Sim

() Não

8. Onde poderão ocorrer essas mudanças?

A () Na qualidade dos professores

B () Nas coordenações

C () Na infra-estrutura

D () Em todos os setores

9. Sugestões para a divulgação da Avaliação Institucional na FADEP:

A () Seminários

B () *Banners*

C () Site da FADEP (*internet*)

D () outros, quais? _____